

MEMORIAL

LEILA DA COSTA FERREIRA

CONCURSO: PROFESSOR TITULAR

ÁREA: SOCIOLOGIA AMBIENTAL

IFCH/UNICAMP

2003

ÍNDICE

-CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES...	3
1) SOCIOLOGIA AMBIENTAL, TEORIA SOCIAL E PRODUÇÃO INTELECTUAL:	
2) Uma introdução teórica às atividades acadêmicas...	7
-RELATO SOBRE A ATIVIDADE ACADÊMICA.....	69
-RETOMANDO O MEMORIAL ANTERIOR.....	69
OS ANOS entre os períodos DE 1997 ATÉ 2003.....	92
Dados Pessoais.....	113
FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	114
-ATIVIDADE PROFISSIONAL.....	115
.EXPERIÊNCIA DOCENTE.....	115
.ATIVIDADES DE DIREÇÃO/COORDENAÇÃO ACADÊMICA.....	115
.OUTRAS ATIVIDADES.....	116
PUBLICAÇÕES.....	119
.EM LIVROS.....	119
.ARTIGOS EM LIVROS.....	120
.ARTIGOS EM REVISTAS.....	121
.ARTIGOS EM ANAIS E CADERNOS.....	123
.CONFERÊNCIAS E PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSOS.....	124
-DIREÇÃO E PARTICIPAÇÕES EM PESQUISAS.....	131
-ATIVIDADES DIDÁTICAS.....	132
-ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO.....	134
-PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS.....	139

Considerações preliminares

Ao resenhar minha carreira profissional, como farei neste memorial, perfilo uma série de eixos com grande interesse no curso dos anos;

- 1) A importância de respeitar a complexidade, sem que a multiplicidade de elementos em jogo, paralise nossas intervenções;
- 2) A ênfase nas singularidades que não podem ser reduzidas á elementos comuns;
- 3) O valor da ressonância como uma singularidade dos sistemas em inter-relação, nos quais diferentes elementos têm um tema comum, mas com uma história distinta;
- 4) A importância da ética. Participamos na criação das realidades que experimentamos e, por conseguinte, somos responsáveis por elas.

Desta forma, cabem alguns breves comentários ao trabalho que se segue. Em primeiro lugar, gostaria de frisar que inicio este memorial com uma discussão minuciosa sobre a produção intelectual na área de Ciências Sociais e A Questão Ambiental tanto no nível internacional quanto nacional, pois acredito que a sistematização de idéias apresentadas a seguir pode guiar o leitor para o entendimento de minha carreira profissional ao longo dos últimos 20 anos.

Depois de anos de divã jamais conseguiria fazer uma digressão profissional sem “certa dose” de subjetividade, na verdade, acho que isso seria muito difícil. Neste sentido após esta discussão teórica mais ampla apresento de forma sistemática minhas atividades acadêmicas que como o leitor poderá observar coincidem com a própria

internalização da problemática ambiental no interior das ciências sociais brasileiras, que por sua vez está fortemente influenciada pelo debate internacional como poderá ser observado no texto.

Por sugestão de alguns amigos queridos, que já ultrapassaram este difícil, mas muito rico momento intelectual e profissional, gostaria de ressaltar que apresento para a Banca boa parte de minhas atividades acadêmicas após meu Doutorado, por acreditar que desta forma será mais bem compreendido o meu “caminho intelectual”. Considerando os prós e os contra de cada alternativa, optei por incluir um resumo do memorial anterior feito para o Concurso de Livre Docência em 1997 e completá-lo de forma minuciosa com minhas atividades posteriores como uma espécie de memória auxiliar.

Escrevo este memorial seis (6) anos depois daquele que apresentei para o Concurso de Livre Docência em Sociologia Ambiental, realizado em outubro de 1997 no Departamento de Sociologia do IFCH da Unicamp. E, naturalmente, para começar, releio o relato que fiz, com vistas ao que vou fazer. Nessa leitura, o que mais chama atenção é como parece que o tempo transcorrido desde então é imenso. Realmente a passagem do século XX para o XXI como diz Hobsbawm é um tempo de transformações muito grandes e este tempo coincide com a maior parte da época de nossas vidas pessoais.

À medida que o sociólogo do século XX e XXI se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fontes: periódicos; livros e outras pesquisas e como não poderia deixar de ser, também se baseia nas informações obtidas junto a colegas, estudantes e, todos a quem abordamos, em nossas atividades acadêmicas. Em

alguns casos a dívida é sistemática e impossível quantificá-la. O leitor perceberá ao longo do texto os vários amigos e colegas, a quem me refiro.

Se o sociólogo tem condições de entender alguma coisa atualmente é em grande parte porque ouviu e viu. Espero ter transmitido aos leitores algo do que aprendi por tê-lo feito.

Esse memorial apresenta alguns resultados de discussões teórico-metodológicas que realizei nesses anos de minha vida acadêmica. Na verdade são a expressão de minha trajetória intelectual, qual sejam: discussões acerca da questão sustentabilidade, políticas públicas e cidades, discussões acerca da interdisciplinaridade e discussões acerca da sociologia ambiental, teoria social e produção intelectual.

A sociologia ambiental, enquanto produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos movimentos de contestação social surgidos no início dos anos 1960 e da constatação da situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento do industrialismo. O nascimento do movimento, na década de 1960, surpreendeu os sociólogos, que naquele momento não dispunham de um corpo teórico, ou tradição empírica, que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza. Os pioneiros da sociologia clássica (Durkeim, Marx e Weber) tinham abordado a questão de modo tangencial; além disso, apenas raramente surgiam trabalhos isolados, sem, no entanto promover uma acumulação considerável de conhecimento que permitisse a criação de um campo teórico. Existem várias hipóteses para o entendimento desse processo.

Entretanto, embora de forma diferenciada segundo países, principalmente a partir dos anos 1960, grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental e perceber sua relevância e abrangência e este tema passou a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo. Tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro, nem uma dramatização de militantes ou cientistas radicais.

A sociologia ambiental assume então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza (entendida aqui em seu sentido mais amplo, ou seja, tanto o ambiente natural quanto o construído) e as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores envolvidos.

Este tipo de orientação desenvolveu-se, especialmente, em meados dos anos 1980, contribuindo com a revitalização teórica e com uma projeção maior dentro da sociologia, processo em parte motivado pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e a crescente preocupação com os efeitos globais dos riscos ambientais. O período prévio; entre os anos 1960 e a primeira parte dos anos de 1980, caracterizou-se por trabalhos mais dispersos, mas não menos importantes.

Neste sentido este memorial pretende fornecer as bases para o entendimento do desenvolvimento da sociologia ambiental no nível internacional e no caso brasileiro, além de apresentar a trajetória profissional e intelectual da autora.

Sociologia Ambiental, Teoria Social e Produção Intelectual: uma introdução teórica às atividades acadêmicas.

Duas questões dirigiram a revisão da literatura nesta primeira parte deste memorial. Primeiro, várias, proposições teóricas, têm sido usadas para se estudar a problemática ambiental, entretanto fica a questão do conteúdo e o alcance dessas teorias.

A literatura utilizada no transcorrer desta primeira parte consiste em escritos que se destinam a situar o mundo social contemporâneo em um contexto histórico ou ecológico mais amplo. O primeiro grupo pretende descobrir e mapear tendências e causas que nos levaram até a atual conjuntura (Meadows et alli, 1972; Illich, 1976; Gorz, 1978 e Dupuy, 1980, por exemplo). O segundo grupo consiste em suposições macro-teóricas que pretendem explicar relações políticas e sociais num contexto sincrônico mais amplo de importância analítica e prática (Ophuls, 1977). Tais trabalhos nos oferecem um caminho alternativo para observar o mundo social. Contudo além dos conselhos comuns para uma abordagem “ecológica”, essa literatura diverge em diferentes suposições teóricas. Além disso, é claramente visível uma mudança que parte da grande teorização da década de 1970 (os ecologistas radicais) para uma micro teorização dos anos 1980 (os ecologistas moderados).

A literatura tenta identificar atores, estruturas ou processos que causam mudanças ao meio ambiente ou que estabelecem o meio ambiente como um fator central para pensar as relações humanas em geral, e a política em particular.

Os estudos do Clube de Roma - e, da escola de pensamento que eles inspiraram-constituem o mais proeminente exemplo da literatura contextual que tenta estabelecer a conjuntura contemporânea como parte e produto de um processo de longo prazo. Igualmente, pesquisas contrárias são também parte dessa abordagem. O que melhor explica a qualidade da deterioração ambiental, de acordo com os “pessimistas”. Os “otimistas” por outro lado, acham que a humanidade pode evitar esses limites através da tecnologia e produtividade.

A imagem dos cientistas sociais presentes neste memorial está fortemente relacionada à problemática dos limites biofísicos do sistema global. Esta abordagem busca sua inspiração histórica e analítica da dinâmica da escassez através do dilema da “Tragédia dos Comuns” (Hardin, 1968). A tragédia dos comuns de Hardin afirma-se sobre a existência de limites para os bens disponíveis aos atores. A imagem do mundo único toma os princípios da escassez e dos limites para inferir que o único caminho significativo para teoria e ação é aquele que aceita tal unidade. A natureza da biosfera, além disso, mostra o imperativo desta unidade.

Uma das correntes teóricas que fundamenta esta imagem é a do “Estado-Estável” (Ophuls, 1977). A crença essencial vai à direção a uma reestruturação sistemática e em larga escala de valores e de práticas econômicas de desenvolvimento, de forma a não conduzirem à rápida entropia, ou seja, ao aumento

de desordem do sistema. Aqueles que apóiam a idéias do “Estado-Estável” (os ecologistas radicais centralizadores) enfatizam a necessidade da ação política, principalmente através de instituições sociais de controle, com poderes coercitivos capazes de reverter a atual situação de degradação socioambiental.

Em uma abordagem diferente os ecologistas radicais descentralizadores (Illich, 1976; Gorz, 1978; Dupuy, 1980, dentre outros) propõem uma mobilização da sociedade civil organizada para minimizarmos os nossos problemas sociambientais.

Por sua vez os ecologistas moderados (Paehlke, 1989; Morrison, 1995; Vig and Kraft, 1990, dentre outros) afirmam a inadequação das variáveis tradicionais da política para analisar esta problemática. Segundo esses autores é necessário posicionar o mundo social no interior do contexto das capacidades tecnológicas e dos recursos naturais, incluindo os limites ambientais.

Podemos dizer que houve uma certa diminuição da teorização sobre os problemas ambientais por parte dos ecologistas moderados nos anos 1980. No entanto, a pesquisa ambiental não retrocedeu ao que era antes da década de 1970. De fato, as questões ambientais introduziram-se na agenda dos Estados e dos grupos políticos e na própria academia - seja como uma forma de observar o mundo, ou como áreas específicas de interesse.

Através da leitura dos itens subseqüentes é possível observar como se desenvolveu este debate.

Em 1866, o zoólogo alemão Ernest Haeckel forja com duas palavras gregas (oikos, casa e logos, ciência) o termo Ecologia, para designar as “interações de

qualquer natureza existentes entre animais e o ambiente”. Por volta da década de 1930 começam aparecer trabalhos de ecologia que se utilizam fundamentos matemáticos numa tentativa de uma abordagem interdisciplinar (Acot, 1988). No entanto, a ecologia era um dos ramos mais desconhecidos de investigação científica e, somente em meados da década de 1960, torna-se um dos setores fundamentais da ciência contemporânea. Este ramo de investigação científica dá o nome de Biosfera ao conjunto dos organismos vivos e ao seu ambiente terrestre, grande sistema único que engloba uma multidão de sistemas de dimensões variáveis (um lago, um deserto) que constituem outros tantos ecossistemas de contornos claramente delimitados.

Demonstra que o equilíbrio dos ecossistemas e da própria biosfera está ameaçado por fenômenos com a erosão, o esgotamento dos solos, poluições diversas, além das mudanças climáticas, cujos níveis estão acima da capacidade de absorção sistêmica, além da dilapidação dos recursos naturais. A ecologia estuda ainda as leis que regem o funcionamento ecológico das populações vivas – os ciclos biogeoquímicos, as relações espécie-meio e espécie-espécie, o equilíbrio e a evolução das populações, as biocenoses e os ecossistemas, os ciclos da matéria e os fluxos de energia na biosfera.

Além disso, qualquer pessoa que acompanhe o debate desde 1960 sobre a problemática ambiental, poderá verificar a grande distância que separa a proposta original de Haeckel e a ampla gama de idéias, projetos e visões de mundo que reivindicam hoje o termo ecologia.

A Questão Ambiental como movimento contestatório

Em várias partes do planeta, como na França, por exemplo, a palavra ecologia jorra bruscamente no rastro de maio de 1968 e é adotada por vozes que contestam a sociedade industrial. Nos Estados Unidos há sobre a Europa um ligeiro avanço. Em 1962 é publicado o livro “A Primavera Silenciosa” de Rachel Carlson. Abrindo o impressionante dossiê dos pesticidas, denunciando com tanto vigor a “deterioração química do planeta”, a obra sacode a tal ponto a opinião pública americana que não obstante poderosos interesses em jogo, o inquérito aberto pelo presidente Kennedy conduz, dez anos depois, à proibição do DDT nos Estados Unidos e em vários países da Europa.

O mito do crescimento ilimitado sofre um golpe em 1972 quando sob o patrocínio do Clube de Roma, é publicado “Limites do Crescimento”, no qual se alinhavam inúmeros dados sobre o esgotamento de recursos naturais, aumento da população e etc, no sentido de demonstrar a inviabilidade futura do atual modelo de crescimento industrial. Como não poderia deixar de ser este relatório provocou desde o início, uma grande controvérsia, tanto no que se refere à metodologia de suas previsões, quanto sobre as motivações políticas que o teriam inspirado.

No clima de sensibilidade à questão que se instaurou, proliferaram várias associações ligadas às questões ambientais. A amplitude mundial do fenômeno é testemunhada pela Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, que teve lugar em Estocolmo em 1972.

O movimento ecologista que aflora neste contexto defende o ambiente e a vida, identificando como seus inimigos a voracidade do lucro, o gigantismo industrial, a

centralização do poder do Estado, a apropriação privada e descontrolada dos recursos naturais e o complexo industrial militar. Esta corrente dos ecologistas radicais desenvolveu importantes reflexões acerca da autogestão, da autonomia, da descentralização, ao mesmo tempo em que apoiou formas alternativas à medicina industrializada, à alimentação intoxicada e às fontes de energia poluidoras. Estes movimentos de iniciativa civil, antinuclear e pacifistas, conservacionistas, de estilos de vida alternativos, regionalistas, de minorias, juntamente com setores da esquerda não ortodoxa se unem e auxiliam a consolidação do ecologismo como um movimento internacional. Pode-se distinguir este processo de consolidação do movimento no nível internacional, distinguindo diferenciações internas. Observa-se que ainda há uma minoria radical que enfatiza as atitudes éticas e espirituais e outra majoritária que assume plenamente a dimensão política.

Todo este debate influenciou os cientistas sociais ligados à temática como veremos a seguir. Na verdade esta dimensão majoritária, entretanto é também bastante distinta, incluindo ainda posicionamentos mais radicais (Ophuls, 1977; Illich, 1976 e Gorz, 1978) que consideram necessária uma rápida e intensa disseminação de valores ecológicos e uma drástica distribuição de poder político e econômico nos níveis locais e globais, a fim de poder solucionar os problemas ambientais, ao mesmo tempo em que solucionem a satisfação das necessidades das populações mais pobres. Há também uma posição intermediária de caráter reformista; os ecologistas moderados (Paehlke, 1989; Vig and Kraft, 1990, dentre outros), que considera que a adoção gradual de um novo modelo de desenvolvimento que

interiorize a sustentabilidade social e ambiental e permita o repasse de recursos de sistemas produtivos predatórios para sistemas produtivos sustentáveis.

A Abordagem ecológica influenciando diversos cientistas sociais

O debate que ocorreu entre a esquerda e os ecologistas tiveram o mérito de forçar estes últimos a refinarem suas análises e argumentações, buscando inspiração na leitura de autores representativos da crítica pós-marxista da sociedade industrial.

Em primeiro lugar, é possível apontar Ivan Illich (1976), cujas idéias tiveram na Europa um impacto considerável. Dotado de um espírito independente, Illich não se reconhece em nenhuma escola que inspirou, nem certamente no movimento ecológico, do qual reconhece as ambigüidades. Pode-se eventualmente vê-lo como um herdeiro da escola de Frankfurt. Um dos teóricos do socialismo, André Gorz (1978), se tornou na França o intelectual mais influente do pensamento ecologista. Seu pensamento realiza uma síntese bastante interessante de Marx e de Illich e também bebe na fonte do existencialismo sartriano. Estes dois autores representam bem o pensamento dos ecologistas radicais descentralizadores.

Illich (1976) preconiza uma sociedade na qual a emancipação humana e a qualidade de vida sejam os objetivos norteadores da organização social, a tal ponto que a organização industrial seria adaptada e direcionada segundo valores. Para o autor a questão das alternativas ao caos hiperindustrial, aponta para a existência de limites naturais, intransponíveis, que não podem ser excedidos. A esta sociedade Illich chama de convivencial, na qual a ferramenta esteja a serviço da pessoa integrada na coletividade e não de um corpo de especialistas tecnoburocráticos.

Parece importante fazer uma pausa para esclarecer o conceito illichiano de ferramenta. O autor a concebe de um modo amplo, como qualquer objeto que funcione como meio para atingir um fim. Podem ser ferramentas desde uma vassoura, um automóvel, até as instituições produtoras de serviços como a escola, uma central elétrica, os meios de comunicação, a instituição médica. Neste sentido a ferramenta é inerente às relações sociais. Por convivencialidade o autor entende o inverso da produtividade industrial: um novo sistema de produção que reencontre as dimensões pessoal e comunitária. É a substituição de um valor técnico por um valor ético que vise a emancipação humana e não a produção de mercadorias. A possibilidade de estabelecer-se uma sociedade convivencial poderia ser resumida através da negação da instituição e do resgate da autonomia na produção e no consumo, tanto de bens como de serviços, da busca de satisfação das verdadeiras necessidades do homem, como gênero humano. É preciso também que os sistemas políticos garantam e incentivem o bom exercício da energia pessoal, sob controle individual.

Fechando a seqüência de suas idéias, Ivan Illich (1976) conclui ser mais fácil aos países pobres à opção pela convivencialidade, se desde logo souberem definir os limites da instrumentalização. Opção esta que, mais cedo ou mais tarde, colocar-se-á os países ricos, embora com um custo enormemente maior. No limite, a única resposta possível é o estabelecimento, por acordo político, de uma autolimitação.

Gorz (1978), bastante influenciado pelas idéias de Illich, quando se refere mais especificamente ao Estado, trata da possibilidade da superação dos problemas colocados pela sociedade industrial, em termos de uma soberana autodeterminação

das comunidades de produtores, extinguindo a divisão criada pela sociedade de mercado entre consumidores e produtores. A ecologia para o autor é uma arma fundamental na equação de todas estas questões. No entanto, ela deve ser encarada como uma etapa e não como um fim em si mesma. Isto porque o sistema já dá claros sinais de uma absorção das críticas meramente ecológicas por parte dos poderes econômicos. Gorz (1978) busca neste momento a intersecção entre sua análise mais geral da sociedade industrial e a questão do poder, em especial do Estado. A opção pela auto-regulação em oposição aos sistemas programados por peritos seria, não um culto à natureza, mas uma opção racional de cunho político e ético. É uma opção política pela descentralização, frente a heteroregulação central. O que os ecologistas radicais descentralizadores reprovavam não é a mera violação da natureza (apesar de que a condenarem também), mas ao fazê-lo, criam novos instrumentos de poder.

Deste modo, é fundamental a opção por novas tecnologias que fujam à lógica do capital. Tal como Illich, Gorz considera indispensável à inversão dos utensílios, ou ferramentas. Uma sociedade fundada na cooperação voluntária, na soberania das comunidades e dos indivíduos necessita instrumentos e métodos de produção de fácil controle. A própria transformação do Estado somente é possível mediante a transformação dos utensílios, sem o qual qualquer mudança da sociedade continuará formal e ilusória. O fundamental é a multiplicação do poder, para estes autores, na verdade, o resgate das comunidades, grupos e associações.

Os ecologistas centralizadores

Por sua vez, do ponto de vista dos ecologistas radicais centralizadores, representados aqui pelo cientista político Willian Ophuls (1977), na obra “Ecology and Politics of Scarcity” que tem como finalidade apresentar uma visão geral dos princípios básicos da Ecologia, para posteriormente servir de substrato à sua análise política do Estado, a crise da escassez de recursos já existe e tende a agravar-se cada vez mais e somente pode ser equacionada mediante a existência de uma força política significativa que regulamente a utilização dos recursos naturais. Este organismo central seria controlado por especialistas da área, que saberiam orientar aqueles que tomam as decisões políticas quanto aos destinos da relação sociedade/ natureza.

Ophuls entende que os indivíduos são incapazes de administrar um bem público-no caso a natureza-mediante seus interesses setoriais. Deste modo seria preciso salvaguardar os recursos naturais do planeta, através de um instrumental de poder forte e coercitivo que administrasse sua exploração e consumo: quanto mais escassos os recursos, mais disputas e conflitos acabariam por se instaurar no seio da sociedade. O princípio primordial da Ecologia para o autor é o holismo. Ou seja, as propriedades dos ecossistemas não podem ser compreendidas senão como um todo, de forma global e, portanto, outro princípio, intrinsecamente ligado ao holismo é o de interdependência.

Pensando-se a biosfera como um todo integrado, qualquer fator influencia e é influenciado pelos outros. Não existem assim relações lineares, todo efeito é ao mesmo tempo causa na rede de interdependência natural. Os ecossistemas apresentam a capacidade de automanutenção e auto-regulação, na busca de um

equilíbrio dinâmico (adaptativo). Assim sendo os ecologistas concebem a biosfera como um sistema aberto, em estado de equilíbrio dinâmico, dirigido pela constante entrada de energia solar e no qual um estoque finito de materiais é constantemente reciclado. Outra importante característica ecossistêmica é dada pela complexidade e estabilidade. Quanto mais complexo e diversificado for o ecossistema, mais estabilidade apresentará, graças ao maior número de relações possíveis para enfrentar as alterações capazes de garantir o equilíbrio. Já um sistema de pouca diversidade é mais vulnerável ao impacto das alterações que podem comprometer o equilíbrio homeostático. A complexidade é, portanto, um dos principais instrumentos da natureza para atingir e manter a estabilidade. Uma terceira característica dos ecossistemas é a capacidade de reciclar seus elementos. Todos os ciclos naturais têm um caráter similar. Além de serem dirigidos pela energia solar, seus elementos constituintes são apropriados, utilizados, reciclados ou decompostos para que possam ser novamente utilizados. A integridade destes ciclos básicos é indispensável ao bem estar humano em longo prazo, por garantirem a vida através da circulação de materiais. Uma quarta e última característica ecossistêmica para qual Ophuls chama atenção, diz respeito aos limites da capacidade de auto-regulação sistêmica. Os sistemas naturais, através de seus processos evolutivos, adquirem condições de adaptação, de acordo com os desequilíbrios enfrentados no passado. Assim, um ecossistema pode suportar o fogo, mas não a radiação, por ser esta uma pressão com o qual nenhum ecossistema teve tempo de se adaptar.

O autor sugere em seu trabalho que a “escassez é a fonte do pecado político original”. Isto significa que os recursos escassos, que não existem na quantidade exigida pela demanda, devem ser alocados pelos governos para que possam ser utilizados de modo mais regulado, evitando os conflitos de apropriação. Esta idéia tem profunda afinidade com a obra do filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), para quem a presença do Leviatã é condição necessária à sobrevivência dos homens, como regulador e autoridade central capaz de evitar a guerra de todos contra todos.

Ophuls conclui que a escassez geral destrói a base material de sistemas políticos democráticos, calcados no individualismo da era industrial. Assim sendo o Leviatã pode ser amenizado, mas não evitado. Seria preciso então reexaminar as questões políticas fundamentais, agora sob a ótica ecológica, em busca de um novo paradigma político, o do Estado Estável. Isso exigiria mudanças nas atuais instituições. Para Ophuls estas transformações deveriam caminhar no sentido de uma sociedade pós-industrial mais humana.

Os Ecologistas Moderados

Do ponto de vista teórico poder-se-ia concluir que toda esta discussão que caracterizou principalmente os anos 1970 dos ecologistas radicais (centralizadores e descentralizadores) encontrava-se na polêmica convencional da relação Estado/Sociedade civil. Seria interessante repensar esta questão à luz da teoria social contemporânea. Parece que a apologia da sociedade civil em detrimento da ação do Estado é um debate inócuo. Conceber esta problemática não como uma relação apriorística e polar, mas como um processo que, no desenrolar da interação entre

ambos, leva à transformação das partes envolvidas e da própria relação, pode auxiliar a reflexão sobre a questão do Estado e da Ecologia.

O foco privilegiado de análise recai sobre a ação do estado e dos atores sociais. Não como uma relação de estímulo/resposta no jogo do poder, nem como um implacável determinante estrutural, em que perdedores e ganhadores já estão de antemão definidos, mas como uma intrincada e, por vezes, ambígua relação. O Estado não pode ser concebido como uma entidade monolítica a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado com um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciado, sobre o qual repercutem também diferencialmente demandas e contradições da sociedade civil.

O termo desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987) e modelos de sustentabilidade (Paehlke, 1989) proposto pelos ecologistas moderados abrem perspectivas de reversão das posições opostas, anteriormente citadas pelos ecologistas radicais. No entanto, podemos dizer que tudo parece indicar que as expectativas de uma transição gradual e sem custos demasiados para uma sociedade sustentável que elimine os fatores de perturbação responsáveis pelas atuais desordens globais da biosfera não deve ser tão tranqüila como nos mostrou recentemente os acontecimentos ocorridos durante a Conferência de Johannesburgo (RIO+10).

Paehlke (1989), por exemplo, enfatiza que com o fim do conflito ideológico que dominou uma geração dos assuntos internacionais dever-se-ia emergir uma nova agenda. Se a degradação física do planeta torna-se principal preocupação da

comunidade global, então a sustentabilidade ambiental tornar-se-ia o principal organizador dessa nova ordem. Os ecologistas moderados (Vig and Kraft, 1990; Paehlke, 1989, dentre outros) não sugerem em absoluto, que não haveria conflito em todas as iniciativas internacionais, no entanto acreditavam que a influência política procederia mais da liderança em questões ambientais e econômicas. Um compromisso com a melhoria no longo prazo da condição humana dependeria da substituição do crescimento pela sustentabilidade como meta imperativa dos planos de ação política e econômica nacional do desenvolvimento internacional. Os muitos meios de se obter essa transformação variariam desde mudanças voluntárias no estilo de vida, tais como a limitação do tamanho da família ou redução do desperdício, a mudanças regulamentadas, tais como leis que desencorajassem as atividades ambientalmente destrutivas (Brown, 1999).

Morrison (1995), por exemplo, propôs uma reflexão coletiva e democrática e uma renegociação política na qual todos deveriam participar. A crítica, embutida nos procedimentos sociais de busca da verdade e da fixação de normas, seria institucionalizada como instância de problematização permanente. Seriam ativados os potenciais de racionalidade ecológica para que cada indivíduo pudesse participar cognitiva e praticamente, desse grande processo de recuperação do mundo vivido. Os conceitos como autonomia e auto-regulação deveriam, portanto, ser revistos. Haveria necessidade de uma distinção entre práxis sujeita a normas e ação, nas quais se inscrevem orientações valorativas e fins, como formas de expressão da natureza subjetiva.

Para estes autores a relação entre Estado e sociedade civil não estaria dada aprioristicamente. O fundamento político da sustentabilidade estaria estreitamente vinculado ao processo de aprofundamento da democracia e da construção da cidadania. Isto se resume, em nível macro, à democratização da sociedade e, em nível micro, à democratização do Estado (Guimarães, 2001). Segundo o autor o primeiro desses objetivos pressupõe o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de ativos e de organizações sociais e comunitárias, e de informação aos setores subordinados, o incremento da capacidade de análise de suas organizações e a capacitação para a tomada de decisões. O segundo se concretiza pela abertura do aparato estatal ao controle do cidadão, pela reforma dos partidos políticos e dos processos eleitorais, e pela incorporação do conceito de responsabilidade política na atividade pública.

Neste sentido os ecologistas moderados se colocam a questão de quais são os atores sociais promotores da sustentabilidade. É evidente e de se esperar que não sejam os mesmos que conformam a base social do atual estilo de desenvolvimento. Guimarães(2001) sugere que os modelos de sustentabilidade só se transformarão em propostas alternativas de políticas públicas, por exemplo, na medida em que for possível distinguir seus componentes reais, quais sejam, seus conteúdos setoriais, econômicos, ambientais e sociais.

A Sociologia Ambiental

A pesquisa científica sobre as inter-relações entre sociedade e ambiente encontra-se em rápida evolução em todo o mundo. A proliferação crescente de contribuições vindas das mais diversas áreas de especialização disciplinar parece confirmar essa impressão. O que usualmente chamamos de *problemas ambientais* surgiram como importante preocupação, embora circunscrita a alguns grupos muito específicos de pesquisadores e cidadãos como vimos anteriormente.

As ciências sociais, até pouco tempo atrás, impunham para a sociedade o paradigma dominante de fé no progresso e na racionalidade humana. Tanto Marx como Durkheim viam a era moderna como turbulenta, mas ambos acreditavam que as condições sociais benéficas criadas superavam as suas características negativas. Weber era o mais pessimista entre os três, vendo o mundo moderno como paradoxal, onde o progresso material era obtido apenas às custas de expansões da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia. Ainda assim, nem mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado sombrio da modernidade.

Segundo a Comissão Gulbenkian (1996), a criação das múltiplas disciplinas das ciências sociais inseriu-se no esforço global empreendido pelo século XIX de garantir e fazer avançar um conhecimento objetivo sobre a realidade na base de descobertas empíricas (entendidas por oposição à especulação). O processo de institucionalização das ciências Sociais não foi nada simples nem linear, mas pode-se afirmar que todo o esforço traduziu-se em uma história de sucesso. O estabelecimento das burocracias disciplinares gerou sistemas de investigação, análise e de formação que não apenas

se revelaram produtivas e viáveis como também gerou literatura considerável, legado das ciências sociais contemporâneas.

Todavia, no preciso momento em que os sistemas institucionais das ciências sociais pareciam finalmente montados e claramente definidos, as práticas dos cientistas sociais iriam começar a mudar após a II Guerra. Os sociólogos abriram caminho aos demais, transformando a sociologia política e a sociologia econômica, desde a década de 1950, em importantes sub campos no interior da disciplina. Todos os cientistas sociais alargaram suas preocupações para além dos temas já tradicionalmente aceitos e assistiu-se nos anos do pós-guerra a uma redefinição de objeto, de maneira a integrar todos os processos sociais com implicações ou intenções políticas: grupos de pressão, movimentos de protesto, organizações comunitárias, dentre outros.

Foi neste contexto de redefinição do objeto no sentido de uma perspectiva relacional que surgiram os estudos do que hoje se denomina sociologia ambiental. Essa iniciativa de introduzir o debate sobre a dimensão ambiental no interior da sociologia pode ter surgido não só como consequência do processo citado, mas também como uma resposta à intensificação dos impactos sócio ambiental negativo decorrente da expansão econômica ou à reação social deflagrada por essas evidências de degradação. Todavia, chama atenção o fato dessa abordagem ambiental ter se desenvolvida tardiamente na sociologia, bem depois do tratamento pioneiro da biologia, ecologia, economia, demografia e da geografia e da ciência política.

Ao mesmo tempo, também é surpreendente que em pouquíssimo tempo, nesta última década, o conceito de risco - totalmente vinculado às preocupações ambientais - passou a ocupar um lugar central na teoria social, já que dois importantes teóricos sociais contemporâneos, Ulrich Beck (1992 e 1999) e Anthony Giddens (1991) consideraram os riscos, em especial os ambientais e tecnológicos de graves conseqüências, como chaves para entender as características, os limites e as transformações do projeto histórico da modernidade (Guivant, 1998).

Na verdade, a sociologia ambiental já é, em alguns lugares do mundo, particularmente nos Estados Unidos, uma área de produção bastante razoável, que certamente acabou influenciando as questões colocadas pela sociologia contemporânea, sendo também influenciada por esta.

Diante disto, emergem algumas indagações: por que a sociologia posicionou-se tão tardiamente com relação à questão ambiental? Por que este tema ganhou tanta força no final do século XX? Por fim, de que ponto de vista deveremos considerar esta nova sub-área? Ou quais são os paradigmas que a influenciaram e quais seus limites teóricos e metodológicos?

SOCIOLOGIA AMBIENTAL: SURGIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

A sociologia ambiental, como produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos movimentos de contestação social surgidos no início dos anos de 1960 e da constatação da situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do

desenvolvimento do industrialismo (Paehlke, 1989; MacCormick, Eckersley, 1995). Talvez porque o nascimento do ambientalismo na década de 1960 tenha surpreendido os sociólogos, que, naquele momento, não dispunham de um corpo teórico ou tradição de pesquisa empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza (Viola e Leis, 1992).

Os pioneiros da sociologia clássica, Durkheim, Marx e Weber tinham abordado a questão de modo tangencial; além disso, apenas raramente surgiam trabalhos isolados na área de sociologia rural, sem, no entanto promover uma acumulação considerável de conhecimentos que permitisse a criação de um campo ou sub-campo teórico.

Hannigan (1997) acredita em duas explicações para o fato dos sociólogos marginalizarem a questão ambiental em seus empreendimentos teóricos. Uma delas se refere às falhas do determinismo geográfico e biológico, e sua visão conservadora sobre o entendimento das mudanças e conflitos sociais; a outra diz respeito ao próprio pensamento vigente que, em meados do século XX, enfatizava a literatura sociológica da modernização. O que atualmente é identificado como preocupação ambiental seria visto como atraso e obstáculo ao desenvolvimento, ao progresso. Certamente havia críticos ao paradigma desenvolvimentista, como os sociólogos marxistas; mas, estes tendiam a ver a problemática ambiental como um desvio das questões cruciais do humanismo.

Buttel (1992), por sua vez, assinala o relacionamento ambíguo da sociologia, em sua fase de construção, com as ciências naturais. Se, de um lado, o pensamento sociológico foi influenciado por conceitos provenientes das ciências naturais, por outra

a própria necessidade de legitimação das ciências sociais exigiu uma reação contra a simplificação das explicações oriundas do determinismo biológico e geográfico, conforme mencionado anteriormente.

Foi neste contexto, embora de forma diferenciada, principalmente a partir dos anos de 1960, que grupos de sociólogos começaram a dar importância à problemática ambiental e perceber sua relevância e abrangência, passando a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo. Tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro e a sociologia ambiental assumiu desde então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza e as causas e a extensão dos problemas ambientais (Buttel, 1987; Redclift and Woodgate, 1996; Hanningan, 1997, Catton and Dunlap, 1998).

Segundo Buttel (2000), a sociologia ambiental norte-americana, por exemplo, que dominou internacionalmente o sub campo até o fim dos anos de 1980 e início dos 1990, tem tido algumas deficiências. A teoria sociológica ambiental norte-americana desenvolveu-se originalmente em reação à falta de atenção da sociologia dominante com os fenômenos biofísicos; assim, enfatizou tendências fortes, senão intrínsecas, das sociedades modernas à degradação do ambiente, e tendeu a minimizar a teorização dos processos de melhoramento ambiental. Mas, de certa forma incoerentemente, a sociologia ambiental dominante também se inclinou a ver que estas tendências à degradação ambiental poderiam ser revertidas se a mobilização

ambientalista unisse forças suficientes, fazendo dela uma força progressiva *sui generis*.

A cultura sociológica ambiental norte americana tendeu, assim, a simplificar os processos de mobilização ambientalista e a exagerar a coerência do ambientalismo. Finalmente, ressalta o autor, os principais trabalhos da sociologia ambiental Norte-americana, tenderam a uma visão reducionista da política ambiental, seja vendo a formação das políticas estatais ambientais em termos relativamente benignos, seja enfatizando as forças inexoráveis que compelem a política estatal a exacerbar a degradação ambiental.

Esta tendência está representada principalmente nos trabalhos de Catton e Dunlap e Schnaiberg. Embora tenham em comum o fato de privilegiarem uma avaliação materialista da questão ambiental nas sociedades capitalistas modernas-contrapondo-se às abordagens da sociologia clássica que relegaram em segundo plano os fatores ambientais na explicação da vida social-, estes autores, divergem quanto às concepções de processos sociais que geram a degradação ambiental. Dunlap e Catton priorizam os fatores culturais, enquanto Schnaiberg, a função das relações capitalistas e na natureza das instituições modernas.

A crítica cultural de Catton e Dunlap dirige-se ao modo geral de comportamento da sociedade ocidental, indo da produção do conhecimento ao modo de produção e consumo. Segundo estes autores o paradigma que permeia a totalidade do ocidente, leva à difusão de normas institucionais fundadas no crescimento, expansão e confiança no progresso material infinito. Contudo o chamado Paradigma da Isenção

Humana (Human Exceptionalist Paradigm- HEP), é insustentável ambientalmente, os padrões energéticos exigidos e o crescimento populacional extrapola a capacidade de renovação dos recursos naturais. Desta forma, todas as sociedades estariam sujeitas a vulnerabilidade ambiental, particularmente com o aumento dos riscos ambientais globais.

Por outro lado, este paradigma está fortemente estabelecido na produção científica, daí ter se constituído uma tarefa particular consolidar o campo de estudo da sociologia ambiental contra a relutância da sociologia clássica, além de superar os determinismos biológico e geográfico (Dunlap,1997). Desta forma, uma das preocupações presentes nos trabalhos de Dunlap e Catton, entre outros, era orientar a teoria sociológica no sentido de comprovar a relevância dos fatores biofísicos na explicação das instituições e comportamentos humanos. Neste sentido, esta vertente da sociologia ambiental Norte-americana contribui para uma mudança de paradigma na direção de um Novo Paradigma Ecológico (New Ecological Paradigm-NEP), na sociedade e nas ciências para a revisão da visão exclusivamente ocidental.

Na verdade podemos dizer que os trabalhos dos pioneiros da sociologia ambiental desenvolveram-se em torno de três argumentos principais: em primeiro lugar, dar ênfase à documentação sobre a seriedade da crise ambiental; em segundo lugar, teorizar sobre como e porque a dinâmica das sociedades industriais inclina-se e envolver tendências intrínsecas ou necessárias de crise e de degradação ambiental e; por fim, apostar na reversão desta crise pela mobilização dos movimentos ambientais, vistos como uma resposta racional e necessária à crise ambiental.

Por sua vez Schnaiberg vai dedicar sua crítica às interações entre instituições econômicas e políticas para descrever o processo de degradação ambiental implícito as sociedades capitalistas. Desta forma, o autor concentra-se na dinâmica particular destas instituições sociais, permitindo a percepção mais clara das engrenagens do que ele chama de “moinho da produção”. Ao contrário de Catton e Dunlap, a abordagem de Schnaiberg tem uma maior interface com a sociologia tradicional, sobretudo, com a escola marxista. O autor retoma conceitos como a função da acumulação e da legitimação e a crise fiscal endêmica do estado capitalista, a estrutura setorial competitiva e de monopólio da economia, bem como a tese malthusiana dos “limites do crescimento” para enquadrar e compreender a base social da crise ambiental.

Schnaiberg (2002) argumentou que a crise ambiental é devida primeiramente à existência de uma tendência muito forte e ambientalmente destrutiva do modo de produção capitalista. Por moinho da produção, o autor se refere ao caráter competitivo do capitalismo e ao imperativo para que os Estados subscrevam a acumulação privada, enquanto lidam com os deslocamentos sociais da acumulação privada e compelem políticas e práticas privadas e públicas a um crescimento exponencial, intensivo, de capital ambientalmente degradador.

As deficiências da literatura ambiental tradicional, apontadas por Buttel (2002) são de ter devotado mais atenção aos processos institucionais sobrepostos que levam à degradação ambiental do que àqueles mais complexos de melhoria ambiental, e de ter superestimado a coerência dos movimentos ambientais e sua capacidade de influência na melhoria ambiental.

No entanto atualmente podemos observar algumas tendências recentes na cultura sociológica ambiental - particularmente o despontar das teorias sobre a pós-modernidade no seio da cultura sociológica geral, e a aplicação de uma perspectiva particular da pós-modernidade (modernização reflexiva) aos problemas da relação entre sociedade e ambiente que são muito interessantes.

A teoria de Beck (1992) sobre a sociedade de risco e os trabalhos de Spaargaren (1996) e Mol (1995) são as contribuições mais visíveis para a sociologia ambiental ancoradas na noção de modernização reflexiva. Em acréscimo, teóricos sócios construtivistas e analíticos do discurso, tais como Hannigan (1997) e Yearley (1996) têm apresentado sociologias interpretativas dos riscos ambientais e da política ambiental que são largamente consistentes com o quadro de referência da modernização reflexiva.

A Modernização Reflexiva

No que diz respeito á abordagem da modernização reflexiva podemos observar que esta se apresenta em duas vertentes: a sociedade de risco e a modernização ecológica.

Apesar das divergências entre estas duas vertentes quanto à aplicação do conceito de modernização reflexiva, pelo menos duas premissas são compartilhadas pelas duas; os problemas ambientais não estão determinados estruturalmente (seja pelo capitalismo, seja pelo industrialismo); a modernização progressiva das sociedades pode solucionar os problemas ambientais. Como podemos observar, entretanto, a adesão às perspectivas da modernização reflexiva na reversão da crise ambiental será diferente para a modernização ecológica e para a modernização reflexiva.

A modernização reflexiva refere-se a um novo momento histórico, da alta modernidade originado e conduzido pelos efeitos colaterais desenvolvidos, e acumulados durante o processo de modernização das sociedades industriais ocidentais. Este novo momento inauguraria a possibilidade de uma autodestruição criadora das instituições da sociedade industrial (Beck, 1998).

A modernização ecológica, inspirada nas mudanças principalmente do norte da Europa, particularmente da Holanda, é a mais otimista das versões da modernização reflexiva quanto as possibilidade favoráveis de uma reforma ecológica da modernidade.

Segundo Mol (2000) sob as condições de um capitalismo regulado pelo Estado e pela sociedade tornado dominante desde a II Guerra Mundial, as empresas

capitalistas contemporâneas, têm provado até agora sua capacidade de familiarizarem-se com os constrangimentos ecológicos em uma certa medida, sem ficarem privadas das condições favoráveis à produção, a novos mercados ou a lucros crescentes. Em adição, a proteção e a reforma ambientais se consolidaram com o mercado lucrativo da eco-indústria. Conseqüentemente, há razões para acreditar-se que em termos econômicos a incorporação da natureza como terceira força de produção no processo econômico capitalista tem se tornado uma proposição crescentemente exequível.

Na verdade de acordo com os seus principais autores (Mol, 2000 e Spaargaren, 2000) a modernização ecológica é um conceito que descreve e pregam a reforma ecológica e novos papéis para as instituições da tecnologia moderna, da economia de mercado e da intervenção estatal. A ciência e a tecnologia são as instituições centrais da reforma ecológica, elas são os principais atores de uma economia ecologizada. Enquanto uma das principais causadoras da crise da ciência e a tecnologia têm suas trajetórias alteradas, são redirecionadas para o desenvolvimento de processos produtivos e produtos ambientalmente mais saudáveis e que proporcionem a desmaterialização da produção ou a desconexão entre fluxos materiais e fluxos econômicos.

A modernização ecológica enfatiza o aumento da importância da dinâmica da economia e do mercado na reforma ecológica e a função de inovadores, empreendedores e outros agentes econômicos como condutores sociais da reestruturação ecológica (em adição ao Estado e aos novos movimentos sociais). No que diz respeito aos movimentos sociais, com a conversão para a reestruturação ambiental do Estado, da ciência, da tecnologia e do mercado, os movimentos sociais,

deveriam abandonar seu papel de crítico externo ao desenvolvimento almejado pela modernização ecológica. Sua maior contribuição estaria na habilidade e poder para gerar idéias alternativas e inovadoras, mobilizar consumidores e organizar o apoio ou a desaprovação a iniciativas públicas e privadas, cooperando com os atores comprometidos com a reforma ambiental (Mol, 2000).

“Modernização reflexiva” significa, segundo Beck (1995), a possibilidade de uma (auto) destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O “sujeito” dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental. Se, no fundo, a modernização simples significa primeiro a desincorporação e, segundo, a re-incorporação das formas sociais tradicionais pelas formas sociais industriais, então a modernização reflexiva significa, primeiro a desincorporação e, segundo, a re-incorporação das formas industriais por outra modernidade.

Por isso, supõe-se que a modernização reflexiva signifique que uma mudança da sociedade industrial-ocorrida sub-repticiamente e sem planejamento no início de uma modernização normal, autônoma, e com uma ordem política e econômica e inalterada e intacta-implica a radicalização da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminhos para outra modernidade.

Qualquer um que conceba a modernização com um processo de inovação autônoma deve contar até mesmo com a obsolescência da sociedade industrial. O outro lado dessa obsolescência é a emergência da sociedade de risco (Beck, 1998). Este conceito designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que

os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e proteção da sociedade industrial.

Duas fases podem ser distinguidas; primeiro, um estágio em que os efeitos e as auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos. Segundo, uma situação completamente diferente surge quando os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos como privados. Nesse caso, as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar. O que acontece aqui é que alguns aspectos da sociedade industrial tornam-se social e politicamente problemáticos. Por um lado, a sociedade ainda toma decisões e realiza ações segundo o padrão da velha sociedade industrial, mas por outro, as organizações de interesse, o sistema judicial e a política são obscurecidos por debates e conflitos que se originam do dinamismo da sociedade de risco.

À luz desses dois estágios, o conceito de “modernização reflexiva” pode ser diferenciado em contraposição a um equívoco fundamental. Este conceito não implica reflexão, mas (antes) autoconfrontação. A transição do período industrial para o período da sociedade de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes. Pode-se virtualmente dizer que as constelações da sociedade de risco são produzidas porque as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos dos riscos

ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial.

Na verdade, a sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer das forças políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças. De maneira cumulativa e latente, estes últimos produzem ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade industrial.

A perspectiva social construtivista (Hannigan, 2000; Yearley, 1992) do ambientalismo e do ambiente centra-se nos processos sociais, políticos e culturais através dos quais as condições ambientais são definidas como sendo inaceitavelmente arriscadas e, portanto, litigáveis.

É importante realçar, contudo, que os riscos ambientais e os problemas como entidades socialmente formuladas não precisam enfraquecer as exigências legítimas em relação ao estado do ambiente; negando-lhes assim, uma realidade objetiva. Tal como Yearley (1992) observa, demonstrar que um problema foi socialmente formulado não significa enfraquecê-lo ou desvanecê-lo, visto que ambas as reivindicações dos problemas sociais têm de ser formuladas. De forma semelhante, a formulação social, tal como é conceitualizada na perspectiva construtivista não nega os poderes causais independentes da natureza, mas defende que a ordenação destes problemas pelos atores sociais nem sempre corresponde diretamente à necessidade real. A um nível considerável, isto reflete a natureza política do estabelecimento da agenda.

O clima intelectual e a trajetória político-institucional

O processo de institucionalização da sociologia ambiental no interior da sociologia certamente não foi homogêneo. Pode ser subdividido em função dos acontecimentos políticos e culturais do momento, assim como do próprio desenvolvimento intelectual do estado da arte. Assim, por um lado, podemos distinguir núcleos dinâmicos de ensino, pesquisa e debate em diversos locais do mundo, inclusive no Brasil. Às vezes este núcleo dinâmico consiste de alguns professores, ou apenas um sociólogo, que lida com a questão ambiental; outras vezes, é todo um conjunto no qual se incluem departamentos, professores nacionais e estrangeiros, o debate científico, o ensino de teorias e técnicas, a realização de pesquisas.

A trajetória político-institucional desta área nos Estados Unidos iniciou-se na década de 1970. Cabe ressaltar que já nos anos de 1960, havia uma produção não-sistemática, mas interessante, que abordava a problemática a partir de uma perspectiva mais radical, tanto nos Estados Unidos, como na Europa como vimos anteriormente. De fato, todo o período que engloba os anos de 1960 até meados de 1980 foi profundamente influenciado pelo clima cultural dos anos 1960: os novos movimentos sociais, a contra cultura, a crítica radical ao industrialismo e ao armamentismo marcou uma mudança drástica no clima cultural e universitário em várias partes do planeta, inclusive nos Estados Unidos, acentuando a necessidade de se investigar a problemática ambiental.

A preocupação inicial concentrou-se nos aspectos conservacionistas da questão ambiental, mas, gradualmente, foi ganhando novos contornos; nos anos de 1960, através da crescente preocupação com a contaminação ambiental produzida pela

produção industrial e agrícola (Carlson, 1962) e, a partir de 1973, através da crise energética deflagrada pela alta dos preços do petróleo. Essa crise energética coincidiu com o lançamento, pelo Clube de Roma, do Relatório *Limites do Crescimento* (Meadows, 1972), que alertava de forma tempestuosa a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental planetária, caso se mantivesse constantes as expectativas de crescimento econômico (Paehlke, 1989; Mac Cormick, 1992; Eckersley, 1995). A publicação do relatório acarretou intensos debates sobre a questão da escassez e do modelo de crescimento vigente (Ophuls, 1973), apesar das inúmeras críticas recebidas.

Nesse período, houve uma proliferação de iniciativas de pesquisas sobre a mobilização política ambientalista (Galtung, 1984; Mac Cormick, 1992); impactos da produção, consumo e desperdício de energia (Lovins, 1977; Nemetz, 1982) e de recursos naturais de um modo geral (Brown, 1986); análises de políticas ambientais (Gorz, 1980; Hays, 1982; Paehlke, 1989); de alternativas tecnológicas de crescimento (Dickson, 1974); além do debate acirrado e polêmico sobre a questão populacional (Ehrlich, 1975; Hogan, 1992).

Em paralelo, a seção de sociologia ambiental da *American Sociological Association* cresceu de 290 membros em 1976 para 321 em 1979, atraindo pesquisadores com diferentes interesses na área. Segundo Dunlap (1997), em meados da década de 1970, as três associações nacionais de sociologia nos Estados Unidos (*Rural Sociological Association*, *Society for the Study of Social Problems*, além da

American Sociological Association) iniciaram grupos e seções de sociologia ambiental, além do tema ter sido tratado em várias outras seções.

A problemática da escassez dos recursos naturais, apesar de bastante divulgada e debatida, não foi devidamente assimilada pela cultura política norte-americana, orientada pelo mito do crescimento ilimitado. Nesse sentido, a era Reagan representou a rejeição explícita à idéia de limites, e a promessa do sonho norte-americano de crescimento e prosperidade interrompeu o pesadelo da escassez (Vig and Kraft, 1998). Obviamente este processo interferiu na produção da área, que segundo Dunlap (1997), sofreu um declínio na década de 1980. Conforme o autor, a seção de sociologia ambiental teve uma redução para menos de 300 membros em 1980; poucos artigos novos foram escritos e nenhum deles foi publicado nos principais periódicos de sociologia.

Contudo, os grandes acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções, como os casos de Three-Mile Island (1979), Love Canal, Bhopal (1984) e Chernobyl (1986), acirraram novamente o debate público e científico sobre a questão dos riscos nas sociedades contemporâneas; conseqüentemente, a questão da cidadania e da qualidade de vida ganhou novos impulsos naquele momento (Dunlap, 1997; Hogan e Vieira, 1992). Iniciou-se, nesse período, uma mudança de escala na análise dos problemas ambientais, que passavam de um nível local para o global, transformando igualmente a freqüência de problemas e acidentes ambientais. A própria natureza dos problemas tornava-os mais difíceis de serem previstos e compreendidos (Dunlap, 1993; Ferreira e Viola, 1996).

Na verdade, em fins dos anos de 1980 assistiu-se no cenário internacional a um clima favorável ao processo de consolidação da área no nível internacional. Vários dados comprovam esta afirmação: novamente pôde-se observar um aumento do número de membros na seção da ASA na virada da década, atingindo 400 membros em 1993. O volume de textos publicados e o crescente interesse de estudantes nos cursos voltados à problemática também confirmaram essa retomada. Outro sintoma significativo foi o aumento da atenção internacional dedicada à área, e a formação de um grupo de trabalho sobre ambiente e sociedade em 1990, na Associação Internacional de Sociologia (ISA), sem mencionar o impacto da Rio-92 (Dunlap, 1997).

No que diz respeito à perspectiva constitutiva dos aspectos teórico-metodológicos, Buttel (1996) comenta que a trajetória da sociologia ambiental poderia ser sintetizada em três momentos distintos: o momento de formação, a partir da combinação e contribuição de outras sociologias específicas; a fase de constituição de um núcleo teórico próprio e de perfil mais consensual; e um momento de diversificação e maior incorporação no campo teórico da sociologia em geral.

Com relação ao período de formação, o autor comenta que a sociologia rural foi pioneira na contribuição para a área, embora outras sociologias específicas tenham participado desse processo: a sociologia de comunidades, do desenvolvimento, a sociologia urbana e a dos movimentos sociais. Em certa medida, a sociologia ambiental não surgiu como uma nova disciplina, mas dentro das disciplinas já existentes, tentou cobrir a lacuna teórica da tradição clássica frente às questões ambientais, criando um *lócus* institucional para o desenvolvimento da nova temática.

No tocante à lacuna teórica, Buttel (1996) considera que a tendência da sociologia clássica foi criar teorias que, implicitamente, assumissem que as sociedades e grupos humanos são independentes ou isolados dos processos biofísicos. Para ele, a sociologia, em busca de liberar o pensamento social dos reducionismos, preconceitos e da visão conservadora do início da ecologia humana, exagerou ao promover a separação entre o processo social e o mundo natural. Catton e Dunlap (1998) são mais enfáticos na crítica à resistência da sociologia às questões ambientais, salientando o contexto sociocultural da formação da sociologia, assim como seus paradigmas de análise. Argumentam que a sociologia foi profundamente influenciada por uma cultura ocidental antropocêntrica. Essa visão de mundo, por sua vez, foi historicamente acentuada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e acumulação de riquezas, propiciada pela expansão colonial, que resultou na revolução industrial, no fortalecimento de idéia de progresso e no processo de ocidentalização do mundo.

A fase seguinte, de constituição de um núcleo teórico, unificou-se em torno da produção de alguns sociólogos ambientais como Catton, Dunlap, Schnaiberg, Buttel, Redclift, Harteley, Chapman, Yearley, Hannigan, dentre outros, que mais se destacaram na produção teórica após os anos de 1970. Esses autores, apesar das diferenças de suas perspectivas de análise, enfatizavam o caráter materialista e realista da crise ambiental, sem deixar de lado a importância de sua dimensão cultural. Criticaram fortemente a insustentabilidade das sociedades modernas, por se apoiarem

em um modelo de produção, consumo e descarte que dilapidou os recursos naturais muito mais rapidamente que sua capacidade de regeneração.

O terceiro momento na trajetória intelectual da sociologia ambiental, mais nítido na virada da década de 1980, caracterizou-se por uma maior diversidade teórica e por certa incorporação da teoria sociológica clássica. Destacaram-se, em primeiro lugar, as influências advindas da sociologia contemporânea, no sentido de uma guinada cultural que reduz a ênfase nas explicações materialistas e estruturalistas em favor de perspectivas culturais, subjetivas e com forte influência da sociologia do cotidiano. Essa mudança teórica contribuiu fortemente para um aumento na receptividade da questão como fenômeno social relevante. É possível registrar, a partir desse momento, as contribuições de sociólogos de destaque, que enfatizam a importância da questão no contexto das sociedades da alta modernidade, como é o caso de Beck (1992), Giddens (1991), Touraine (1989), Castells (1999), Habermas (1987) dentre outros.

A nova perspectiva de análise passou a enfatizar os processos sociais, políticos e culturais, em que as condições ambientais são definidas como aceitáveis ou não. Neste sentido, um problema ambiental é socialmente construído, aspecto percebido como mais relevante do que a própria tarefa de avaliar suas condições de validade. Os problemas ambientais seriam similares aos demais problemas sociais e a ação dos diferentes atores seria o objeto principal de análise.

Teoria Social e Ambiente

Sabemos que é polêmico afirmar que as transformações de ordem econômica e demográfica são causas relevantes de degradação do ambiente. Contudo, vale a pena examinar, com mais atenção do que por vezes se prestam os mecanismos exatos que estas forças põem em movimento. Cabe examinar também o duplo papel do poder político e cultural ao favorecer a degradação do ambiente. Por sua vez, a emergência dos movimentos políticos que tentam impedir a destruição ambiental é um dos efeitos mais significativos da atual degradação ambiental.

No caso de Giddens (1991; 1992; 1995; 2000), por exemplo, este tenta integrar a explicação das origens e efeitos da degradação do ambiente numa interpretação mais alargada do desenvolvimento e da dinâmica das sociedades modernas. Existe, todavia outro motivo para se analisar como Giddens tem pensado a problemática ambiental. O primeiro motivo consiste no fato de sua explicação para a degradação ambiental se centralizar na interação entre o capitalismo e o industrialismo. Em segundo lugar, a teoria social de Giddens prestou particular atenção à dimensão espacial dos processos sociais. Este fato permitiu-lhe investigar a natureza sociológica do urbanismo e da globalização e o modo como esta contribui para os problemas ambientais. Em terceiro lugar, a abordagem interpretativa de Giddens à teoria social e os modelos multicausais de processos sociais que este desenvolveu permitem incluir a contribuição prestada pelo poder político e pelas atitudes culturais para a

proliferação da degradação do ambiente. Finalmente, Giddens inclui na sua teoria social mais vasta uma explicação das origens dos movimentos sociais ambientalistas.

Deste modo, a sua obra permite-nos apreciar o duplo atributo do poder político e cultural: ambos podem ajudar e controlar o processo de degradação do ambiente.

No que diz respeito a Habermas (1987), em primeiro lugar, a sua obra recente proporcionou uma das mais profundas reavaliações da teoria social clássica e, ao fazê-lo, produziu uma re-interpretação tanto da organização institucional da modernidade como da sua evolução cultural. Em segundo lugar, Habermas utilizou esta estrutura para investigar a emergência de novos movimentos sociais e para avaliar o potencial importância política desses movimentos. Em terceiro lugar, o autor nos dá pistas para examinar os meios pelos quais as mudanças das estruturas sociais dão origem a uma nova organização de interesses económicos e políticos, e o modo como estes interesses moldam, por sua vez, a mobilização das políticas ambientais contemporâneas. Em quarto lugar, Habermas permiti-nos examinar a forma como surgiram as transformações culturais e os conhecimentos morais modernos sobre o ambiente, como estes redefiniram interesses e contribuíram para a emergência de movimentos políticos orientados para as questões ambientais. Por último, ao acompanhar a abordagem interdisciplinar a obra de Habermas esforça-se por reunir algumas das observações mais importantes de cientistas políticos, que investigam as origens estruturais da política ambiental.

Chegamos, por fim, à obra de Ulrich Beck (1992; 1997). O que distingue verdadeiramente a obra de Beck entre todos os teóricos sociais contemporâneos é o

fato de o potencial catastrófico da degradação ambiental no nível global ocupar a cena principal. Beck vai mesmo ao ponto ao afirmar que a modernidade descrita nas obras dos teóricos sociais clássicos será transformada num tipo de sociedade fundamentalmente diferente - a sociedade de risco. Essa transformação é, em parte, movida pela emergência de níveis profundos e historicamente incompatíveis de perigos e riscos para o ambiente que atingem uma dimensão e forma tais que os modelos convencionais da sociedade moderna não conseguem apreender as suas origens e conseqüências.

Os argumentos de Beck relativamente à transformação da modernidade clássica numa sociedade de risco são rigorosamente confrontados com o modelo de Giddens de modernidade tardia radicalizada, no qual os movimentos sociais ambientalistas reagem a riscos e perigos para o ambiente recentemente observados. Beck investiga também os meios pelos quais as relações do poder político e cultural contemporâneo servem para ocultar as origens da degradação do ambiente e proteger os responsáveis dessa degradação.

Finalmente, Beck, tal como Habermas, defende que a democracia e a democratização tanto do processo político convencional como dos centros de decisão econômica, previamente despolitizados, constituem um elemento essencial de uma política ambiental sustentada.

A Questão Ambiental e as Ciências Sociais à Brasileira

No Brasil, as tentativas de institucionalização do campo de conhecimento que trata das relações entre sociedade e natureza/ambiente iniciaram-se em meados da década de 1980 e as primeiras iniciativas aconteceram na região sudeste do Brasil, com ênfase especial para a Universidade Estadual de Campinas e Universidade de São Paulo, no estado de São Paulo e Universidade Federal de Santa Catarina, no estado de Santa Catarina.

Os rearranjos, científico, intelectual e institucional, propostos não eram novos, e de certa maneira espelhavam clivagens produzidas no período posterior à II Guerra Mundial em outras partes do mundo, em torno dos debates quanto aos estudos interdisciplinares (Ferreira, Lúcia, 2000). O grupo que liderava os debates na UNICAMP decidiu espelhar-se nos estudos por áreas ou regiões e, através de forte base empírica, agregar cientistas sociais e cientistas naturais que se debruçariam por regiões dotadas de suposta coerência cultural e histórica, com o objetivo de descrever-lhes sob um ponto de vista multidimensional.

Na Universidade de São Paulo, o grupo que se organizou em torno da questão ambiental em meados da década de 1980 vinha de outra filiação, pois era fortemente influenciado pelos teóricos da ecologia profunda e da complexidade (Prigogini e Stengers, 1991; Prigogini, 1996; Maturana e Varela, 1994; Sessions, 1995). Em busca de um paradigma holista criaram um curso de Mestrado em Ciência Ambiental, que apesar das reformulações que sofreu no futuro, tiveram o mérito de colocar a nu a artificialidade das rígidas clivagens institucionais anteriores.

Em Santa Catarina pode-se observar uma agregação de interesses em torno do paradigma da ecologia política, que cruzava uma abordagem teórica da sociologia e da política de forte tradição sistêmica com preocupações em alargar o objeto de estudo em direção às múltiplas dimensões da interação entre a biosfera e uma sociedade globalizada.

Apesar dos avanços e recuos, apesar ainda da forte resistência do núcleo duro das ciências sociais brasileiras em dialogar com esta produção intelectual, pode-se afirmar que os estudos e pesquisas interdisciplinares atuais herdaram deste período uma evolução significativa da situação social ocorrida no interior das instituições de ensino e pesquisa, e dos quadros por elas formados. Se não se abandonou a estrutura departamental, os próprios departamentos hoje não têm como negar a validade e legitimidade das experiências interdisciplinares de alguns de seus membros (Ferreira, Leila e Ferreira, Lúcia, 2003).

Assim, talvez seja possível afirmar que a sociologia ambiental no Brasil encontra-se em fase intermediária quando comparada às experiências internacionais. Menos pelo impacto da produção e mais pela resistência que ainda enfrenta por parte de setores fortemente disciplinares das ciências sociais brasileiras.

O melhor exemplo do grau e do tipo de organização da área pode ser analisado através da trajetória do Grupo de Trabalho *Ecologia, Política e Sociedade* da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (Vieira, 1992; Ferreira e Viola, 1996 e Drumond e Schoroeder, 1998), que se desenrolou em paralelo à mobilização das três universidades pioneiras em torno da

questão ambiental. Além disso, talvez pelo pioneirismo, o Grupo de Trabalho (GT) organizado em torno da ANPOCS revestiu-se de grande liderança na constituição do sub campo das ciências sociais do ambiente no Brasil, funcionando como forte agregador de demandas intelectuais produzidas por grupos isolados que emergiam em diversos cantos do país.

Este grupo reuniu-se pela primeira vez na ANPOCS em 1986, quando a problemática ambiental ainda era tratada de forma incipiente nas ciências sociais brasileiras e reunia apenas um pequeno grupo de intelectuais. Desde então, a questão ambiental adquiriu relevância na comunidade científica mundial, como vimos anteriormente e isso se refletiu na comunidade científica local como veremos no desenrolar deste memorial.

Em 1992, em face da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, o grupo de trabalho optou por abrir espaço prioritário de discussões para o aprofundamento crítico desta temática em relação ao contexto brasileiro. Essa discussão culminou na publicação do livro *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, organizado por Daniel Hogan e Paulo Vieira, e que, além de refletir já naquele momento uma certa diversidade regional e temática, teve grande impacto nos meios acadêmicos emergentes.

Desde então, vários intelectuais ligados ao grupo partiram para o exterior para fazer doutorado, pós-doutorado, além de intercâmbio de grupos de pesquisa, preferencialmente, mas não exclusivamente, nos Estados Unidos, França e

Inglaterra. Esse processo refletiu-se intensamente na produção da área, pois propiciou o cruzamento fecundo de dados e modelos teóricos, engatando definitivamente a produção local ao debate internacional.

Em meados da década de 1990, a preocupação temática do Grupo de Trabalho da ANPOCS era com a questão da globalização, obviamente influenciada pelo clima intelectual das ciências sociais naquele final de século (Ferreira, 1997), novamente com destaque para o contexto brasileiro. Naquele ano também foi publicado o livro *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, organizado por mim e Eduardo Viola.

Em paralelo a esta busca de diálogo com os setores mais fortemente institucionalizados das ciências sociais brasileiras, ainda na primeira metade dos anos de 1990 houve uma intensa mobilização dos cientistas sociais para fortalecer institucionalmente o diálogo, o ensino e a pesquisa interdisciplinar, participando da criação de centros de pesquisa e programas de pós-graduação em torno do campo de conhecimento que trata da interação entre sistemas biofísicos e sociais. Possivelmente essa disseminação do interesse em montar uma burocracia adequada aos estudos, pesquisas e formação na área ambiental se deva aos dois condicionantes já levantados: 1) no âmbito da sociedade, o clima político propício produzido pela Rio – 92 e, 2) no âmbito acadêmico, a boa receptividade encontrada pelos brasileiros no debate internacional, resultado do intenso intercâmbio com centros especializados e importantes fora do país (Ferreira, Leila e Ferreira, Lúcia, 2003).

Hoje, a sociologia ambiental, as ciências políticas do ambiente, os estudos antropológicos e populacionais sobre o tema já se encontram consolidados em várias universidades brasileiras, sendo que a produção de dissertações, teses e o volume de livros e trabalhos publicados refletem o grau de interesse que esta problemática adquiriu. Além disso, existem outros indicadores do grau de institucionalização da temática no país. Vale mencionar a publicação da Revista *Ambiente & Sociedade*, uma co-edição das três universidades pioneiras na institucionalização desse campo de estudos e pesquisas, a UNICAMP, a USP e a UFSC, o periódico vem se consolidando como uma publicação temática, cujo objetivo é promover o escoamento da produção de cientistas sociais com características transversais às suas especialidades de origem. O periódico foi financiado inicialmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e hoje pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq); além de fazer parte da CIELO.

Outro indicador que merece menção foi à centralidade da temática ambiental em alguns dos mais importantes congressos das ciências sociais do país, como o da Associação de Antropologia (ABA) no ano de 2000 e do Congresso Internacional de Sociologia Rural que foi realizado no Rio de Janeiro do mesmo ano. Vale mencionar que em paralelo ao Congresso de Sociologia Rural ocorreu o Simpósio *Sociological Reflections on Sustainability*, do Committee on Environment and Society da International Sociological Association (ISA).

Curiosamente, à medida que foram sendo estreitados, o diálogo e a colaboração, entre a sociologia ambiental brasileira e a internacional, ou entre esta e

outras disciplinas das ciências sociais no Brasil; à medida que foi montando seu próprio sistema institucional, à semelhança do que ocorreu ao grupo da ASA nos Estados Unidos no início da década de 1980, a ANPOCS deixou de abrigar o Grupo de Trabalho originalmente organizado em torno da temática ambiental. Desde o final dos anos de 1990, alguns de seus membros tem sido estimulado pela direção da associação, a promover fóruns e mesas redondas nessa linha, como forma paliativa de referendar a importância deste debate intelectual e desta produção científica (Ferreira, Leila e Ferreira, Lúcia,2003).

Esse inesperado desinteresse do núcleo mais fortemente institucionalizado das ciências sociais brasileiras não significou um declínio do interesse pela área e os intelectuais e estudantes ligados originalmente ao GT da ANPOCS direcionaram seu poder de influência em três outras direções: 1) escoamento de sua produção através de outros fóruns acadêmicos nacionais, como a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Sociedade Brasileira de Antropologia, a Associação Brasileira de Sociologia Rural, dentre tantos outros de grande importância; 2) investimento no diálogo internacional, através da participação em eventos como, por exemplo, da *Latin American Studies Association* (LASA) e da *Internacional Sociological Association* (ISA), para citar apenas dois; e finalmente, 3) investimento em veículos próprios, como a Revista *Ambiente & Sociedade*, além da recém-criada Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), cujo primeiro congresso de âmbito nacional foi. Realizado em novembro de 2002 em Campinas.

A Produção Intelectual Brasileira

Há dois momentos na produção intelectual brasileira que delineiam os rumos das agregações de demandas intelectuais no campo das interações entre Ambiente e Sociedade no Brasil. No primeiro deles, em uma fase que pode ser considerada sob a inspiração de Buttel (1996) como de formação, há quatro coletâneas que merecem destaque.

Inaugurando os debates do campo, indiscutivelmente tem-se o livro *Ecologia e Política no Brasil* (1987), organizado por José Augusto Pádua. Se não foi o primeiro lançamento, esta coletânea agregou a legitimidade política e acadêmica do editor à capacidade de delinear de forma clara e inteligível ao público leigo o tema das relações entre Ecologia e Política. Reúne textos apresentados durante um seminário realizado no Rio de Janeiro em 1985, momento em que se iniciava a discussão no país da criação do Partido Verde.

Desde então e graças ao seu poder de influência a questão ambiental penetrou no debate político brasileiro e o ambientalismo local viveu uma fase ascendente. Vários de seus representantes ultrapassaram a fronteira da luta associativa para lançar-se na vida política, buscando um novo estilo de atuação. Fernando Gabeira, Carlos Minc e Liszt Vieira são alguns dos nomes mais expressivos desta corrente e aparecem no livro não apenas como militantes, mas também na qualidade de intelectuais refletindo sobre seu próprio trabalho.

A eles juntam-se José Augusto Pádua, Eduardo Viola e Paulo Gonzaga de Carvalho, cujas reflexões contextualizam o debate, traçando as origens da ecologia política no Brasil através da análise da trajetória do ambientalismo em direção a uma

opção eco política e da atuação das agências públicas voltadas ao controle da poluição industrial. O livro, na verdade, discute a questão ecológica sob múltiplos ângulos e enfatiza tanto seus aspectos ambientais quanto políticos e sociais.

A coletânea *Ecologia e Política Mundial* (1991), organizada por Héctor Leis foi produto da Área Ambiental do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, conjuntamente com a área de publicações da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Era parte de um ambicioso programa editorial que pretendia vincular e comprometer esforços de instituições acadêmicas, organizações não governamentais e editoras, a fim de realizar uma reflexão crítica sobre o que seus autores denominavam de “emergente espaço público transnacional do ecologismo”. Conscientemente desejava servir de ponte tanto no sentido Sul - Sul como Sul – Norte, ampliando e estendendo as redes de cooperação entre indivíduos, organizações e países.

Héctor Leis e Eduardo Viola refletindo sobre a desordem global da biosfera e a nova ordem internacional, enfatizavam o papel organizador do ecologismo. Outros temas tratados eram a segurança ecológica, sob autoria de Clóvis Brigadão e a agenda ambiental na América Latina, de Roberto Guimarães da CEPAL. José Augusto Pádua voltava a escrever sobre o nascimento da política verde no Brasil.

Em face da perspectiva de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro em junho de 1992, o antigo grupo de trabalho *Ecologia, Política e Sociedade* da ANPOCS, desta vez liderado pelo grupo da UNICAMP, de forte orientação empírica, optou por abrir um

espaço prioritário de discussões, visando o aprofundamento crítico dessa temática, referenciando ao contexto brasileiro.

À medida que a pauta oficial das discussões e resoluções da CNUMAD contemplava fundamentalmente problemas ambientais de natureza global, como efeito estufa, alterações na camada de ozônio, poluição dos mares, perda da biodiversidade, a preocupação dos membros do grupo foi dupla. Por um lado, constatou-se que tais problemas tendem a serem veiculados junto à opinião pública como desafios que se colocam acima das especificidades sócio-culturais, econômicas e político institucionais de cada nação. Por outro lado, privilegiando a questão amazônica, os promotores do Encontro pareciam subestimar o fato óbvio que 90% da população brasileira está atualmente concentrada em outras regiões do país, sob o processo devastador de urbanização acelerada. A mobilização da opinião pública durante os meses que antecediam a Conferência corria o risco de camuflar a contundência daqueles problemas sócio ambientais mais diretamente relacionados à garantia do direito à qualidade de vida dos brasileiros.

De forma contraditória, a Conferência poderia vir a se constituir um retrocesso político, no processo de lutas pela construção de uma política ambiental melhor ajustada às características brasileiras. Assim, a opção editorial refletiu o perfil acadêmico das ciências sociais ambientais brasileiras e as formas de abordagem de alguns dos nossos desafios sócio ambientais, resgatando da melhor maneira possível, a ampla diversidade regional e temática envolvida.

Apesar da pluralidade de referências teóricas e enfoques metodológicos subjacentes ao conjunto das contribuições do livro *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável* (1992), podemos observar uma preocupação comum em relacionar os sistemas sociais aos naturais e também em explicar a especificidade dos problemas sócio ambientais dos países em desenvolvimento em uma perspectiva construtivista em sua maioria.

Eu e Lúcia Ferreira partíamos do pressuposto de que o processo de formação de políticas públicas não poderia ser reduzido ao recorte meramente estrutural ou funcional, analisando o universo de construção da cidadania em um país de terceiro mundo, através de interações conflituosas entre atores sociais diferenciados.

Eduardo Viola e Héctor Leis mais uma vez enfatizavam a análise da dinâmica do movimento ambientalista brasileiro, explorando as implicações mais interessantes de sua expansão multisetorializada. Paulo Freire Vieira inaugurava uma preocupação com as repercussões da problemática ambiental no campo das ciências sociais no Brasil.

No conjunto dos textos relacionados ao tratamento das análises empíricas, o texto de Daniel Hogan contribui para desmistificar os estereótipos tradicionais da teoria demográfica sobre o papel da pressão populacional como fator determinante dos processos de degradação ambiental. Haroldo Torres e Donald Sawyer privilegiavam os problemas ambientais gerados pela urbanização acelerada, e descontrolada com ênfase na questão do saneamento básico e no desenvolvimento de sistemas de produção e extração agro-silvo-pastoris baseados no grupo familiar.

Ricardo Neder e Sônia Barbosa resgatavam a discussão sobre transformações urbano-industriais nas últimas décadas, tomando por base uma avaliação dos impactos sócio ambientais negativos em algumas experiências de desconcentração industrial no Estado de São Paulo.

O Livro *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização* (1996), organizado por mim e Eduardo Viola, partia de uma premissa: a existência de processos globais que transcendem às categorias Estado, classe social e nação. Sua hipótese era a emergência de uma sociedade global. Eduardo e eu acreditávamos que sendo o objeto de estudo do livro a biosfera, esta necessariamente ultrapassa as fronteiras nacionais. A preocupação ecológica não tem pátria, seu enraizamento é o planeta.

Seria esperado que uma reflexão sobre globalização e ambiente se afastasse das particularidades. No caso deste livro um dos fios condutores das preocupações dos autores revelava-se exatamente através do cotidiano. Além das discussões mais gerais sobre globalização, há um conjunto de problemas muito familiares ao Grupo de Trabalho, como a consolidação da democracia no Brasil, o poder local, a problemática da águas, dos diferentes tipos de poluição, a questão da qualidade de vida, a questão do espaço público, a discussão sobre desenvolvimento das áreas protegidas.

Eduardo Viola, Héctor Leis e Octavio Ianni empreendiam uma reflexão teórica sobre globalização e diversidade. Franz Brüseke discutia a questão do desenvolvimento a partir de uma reflexão sobre desestruturação da ordem social contemporânea. Leila Ferreira enfrentava as alternativas de sustentabilidade no poder local brasileiro e Daniel Hogan essas mesmas alternativas para bacias hidrográficas no

Estado de São Paulo. Pedro Jacobi abordava a questão da percepção ambiental em centros urbanos; Mário Fuks a proteção judicial ao meio ambiente e Ricardo Neder a regulação pública na área ambiental no Brasil.

No campo das discussões sobre a proteção dos recursos naturais, Lúcia Ferreira enfrentava a falsa oposição teórica e política entre bem estar social e conservação ambiental e Antônio Carlos Diegues as áreas naturais protegidas no Brasil. Por fim, Clóvis Cavalcanti discutia economia ecológica.

Já no início da primeira década do novo século podemos observar uma mudança significativa dos interesses deste núcleo mais fortemente agregado em torno do campo de reflexões sobre a interface entre sociedade e ambiente. Um bom indicador deste desvio na ênfase pode ser buscado na agregação de demandas intelectuais impostas à nova Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.

A programação de seu primeiro encontro delinea os seguintes temas para debates no âmbito dos Grupos de Trabalho (Gts) e mesas redondas: regimes ambientais internacionais, dimensões humanas da biodiversidade; consumo e segurança alimentar e de energia, dimensões locais das mudanças ambientais, cidades sustentáveis, educação ambiental em sociedades do conhecimento, além dos já tradicionais, como interdisciplinaridade, dinâmica demográfica, risco ambiental e políticas ambientais e teoria e ambiente.

Desta programação depreende-se duas ordens de conclusões. Em primeiro lugar parece ser possível arriscar uma impressão: a ênfase do mercado intelectual

nessa área transversal migrou da busca inglória por um ator preferencial de mudança social na ordem ecológica ou ambiental para uma questão genérica delineada em torno das preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais, independentemente de juízos de valor sobre elas. Essa grande questão é atualmente decomposta em outras sub-questões derivadas relativas à governabilidade, orientações sociais e culturais ou normativas para a resolução de problemas universalmente reconhecidos e considerados politicamente pertinentes. Nessa linha, as pesquisas e as reflexões centram-se nos últimos tempos em objetos relacionamente estabelecidos de modo a dar conta de problemas como normatividade, institucionalidade e a emergência de novas instituições sociais na área ambiental (Ferreira, Leila e Ferreira, Lúcia, 2003).

Em segundo lugar, mas não menos importante esta produção específica é de difícil avaliação apesar de sua pujança e visibilidade social nos últimos anos, pois justamente por se debruçar sobre questões relativas a novas orientações normativas da sociedade contemporânea, sua literatura muitas vezes padece de excesso de normatividade, em detrimento das abordagens analíticas ou interpretativas.

Por outro lado, podemos observar que a produção intelectual no Brasil teve também forte influência da teoria social contemporânea (particularmente de Beck, Giddens e Habermas) e mais recentemente da sociologia ambiental (tanto em uma perspectiva construtivista, como da modernização reflexiva nas suas diferentes vertentes) como podemos observar nos artigos publicados nas principais revistas de ciências sociais no Brasil.

Na verdade cito aqui seis revistas nacionais, quais sejam: Revista Brasileira de Ciências Sociais, onde obtivemos desde 1986 um total de oito artigos diretamente relacionados ao tema; a revista Lua Nova, onde encontramos no mesmo período nove artigos. Na revista Dados podemos observar a publicação de cinco artigos e na revista São Paulo em Perspectiva um total de nove artigos. Na revista Tempo Social encontramos somente três artigos correlacionados com a área.

Por sua vez a revista Ambiente&Sociedade congrega a principal produção da área no Brasil. Foram publicados oito números da Ambiente&Sociedade desde 1987 até julho de 2003.

O número 1 da Revista apresenta um conjunto de textos abordando cinco temas que sintetizam a diversidade de vieses em torno da Sociedade e do Ambiente: risco ambiental, meio ambiente e relações internacionais, sustentabilidade e gestão local, degradação socioambiental e saneamento e biodiversidade e propriedade intelectual. Dois dos artigos, discutem ambiente e relações internacionais: Eduardo Viola descreve e analisa as principais características do Global Environment Facility (GEF)-como uma nova estrutura institucional e transnacional, enfatizando o caso brasileiro; Tullo Vigevani aborda o significado da crescente elevação do status deste tema, notadamente na questão dos financiamentos.

Eu analiso em artigo a busca de alternativas de sustentabilidade através do estudo da formulação e implementação de políticas públicas adotadas por algumas das prefeituras de municípios no Estado de São Paulo. O artigo de Charles Muller mostra os impactos ambientais na escala urbana de um estilo de desenvolvimento,

marcado pela desigualdade e pelas dificuldades da economia ambiental em desenvolver instrumentos operacionais que ressaltem os custos ambientais e de saúde resultantes das deficiências de saneamento. Fábio Giovanni contrapõe abordagens que problematizam a complexa relação entre democracia e ambiente. Franz Bruzeke reflete sobre o tema de risco. Laymert Garcia analisa os resultados da 4ª Conferência Técnica Internacional da FAO sobre os Recursos fito-genéticos e os rumos que a gestão desses recursos devem tomar nos próximos anos.

No número 2 da Revista que foi publicada em 1998 o conjunto de textos aborda três grandes núcleos temáticos. O primeiro deles, representado pelos artigos de Roberto Guimarães e Richard Norgaard, enfrentam questões conceituais amplas, relacionadas à discussão de paradigmas teóricos, presentes no debate internacional sobre a modernidade e o desenvolvimento. No segundo constituídos, pelos artigos de Héctor Leis e Henrique Leff (em espanhol), debate-se alguns problemas gerais da sociedade contemporânea, desde a perspectiva da emergência de novos atores do ambientalismo, procedentes do campo religioso. No terceiro e último núcleo, correspondente aos artigos de Selene Herculano e Júlia Guivant, aborda-se a problemática da qualidade de vida e dos riscos ambientais associados a casos e/ou exemplos tomados da realidade brasileira.

Nos números três e 4 o conjunto dos textos aborda vários temas de forma multidisciplinar e/ou interdisciplinar. O artigo de Altvater nos coloca frente aos alcances da globalização e os desafios e tensões colocadas para atingir a democracia ecológica. A reflexão em torno da medição da natureza e as possibilidades que se colocam de

avanço no debate em torno da quantificação da deterioração do patrimônio natural numa perspectiva planetária aparecem nos artigos de Naredo e Gudynas. Os textos de Boehmer- Christiansen e Horikawa trazem ao leitor os problemas e respostas decorrentes de impactos gerados pelo estilo de desenvolvimento predominante na contemporaneidade, estimulando o debate em torno do valor de vidas humanas. Andrade lança um olhar sobre aspecto ainda pouco discutido pela sociologia ambiental, a estetização do ambiente na sociedade moderna, perceptível como espetáculo. Drumond desenvolve seus comentários em torno da legislação ambiental emitida pelo governo federal brasileiro entre 1934 e 1988.

Para Hogan as dinâmicas demográficas fornecem importantes subsídios para se compreender a realidade ambiental regional, em suas diversas implicações. Por último, o texto de Garcia realiza um interessante levantamento histórico sobre o uso de herbicidas, enfocando as diversas imbricações entre suporte tecnológico e as perspectivas sociopolíticas correspondentes.

Na Revista de número 5 do segundo semestre de 1999 temos nove artigos, que apresentam reflexões conceituais, que partem das tensões entre teoria da regulação e ecologia política, entre sustentabilidade e sociedade, passam pelas questões do gerenciamento integrado, do uso e proteção de recursos naturais e deságuam em reflexões sobre conflitos sociais contemporâneos, ambientalismo e áreas protegidas no Brasil e no mundo. Assinam os artigos: Joachim Becker & Werner Raza; Guillermo Foladari; Lúcia da Costa Ferreira; Alpina Begossi; Nilce Panzutti; Rinaldo Arruda; Marcos Pedlowski, Virginia Dale & Eraldo Matricardi; Marcelo Vargas e Gustavo Lima.

Nos números 6 e 7 novamente publicados juntos temos 6 artigos. No primeiro deles Henrique Leff afirma em seu ensaio que a sustentabilidade é uma marca do limite da racionalidade unidimensional da modernidade, de uma crise de civilização que abre novos horizontes e evoca outros sentidos do tempo. Eu escrevo um artigo sobre a internalização de indicadores político-institucionais de sustentabilidade nas políticas públicas em cidades de médio e grande porte do sul e sudeste do Brasil, através da análise da formulação e implementação de políticas públicas com características socioambientais.

Andréa Zhouri discute as origens, o desenvolvimento e as diferentes estratégias empregadas na campanha do mogno - principal campanha transnacional pela floresta amazônica nos anos 90- assim como as reações por parte do comércio madeireiro e do governo brasileiro. Sérgio Tavolaro enfrenta a tarefa de investigar a relação de afinidade entre organizações civis ambientalistas e modernidade; para tal, analisa algumas das dimensões centrais que constituem a modernidade além das diferentes maneiras a partir das quais o movimento ambientalista internaliza o mundo natural na construção de suas identidades e na proposição de sociabilidades que venham a pautar as relações dos homens entre si e deles com a natureza.

George Rebelo & Juarez Pezzuti nos informam que os quelônios têm uma longa história de uso na Amazônia e, nos dias atuais, são consumidos, ainda que ilegalmente, por populações urbanas e rurais; uma pesquisa de opinião e sobre hábitos de consumo de quelônios na Amazônia nos leva à discussão sobre como as pessoas percebem o problema, as alternativas para uma situação anômala e preocupante e as

perspectivas para atingir a sustentabilidade. Manuel Folledo mostra em seu artigo como a metodologia do raciocínio sistêmico pode ser utilizada com um componente essencial para compreender problemas de sustentabilidade ambiental, oferecendo um conjunto básico de métodos e idéias que podem ser extremamente úteis para análises sobre tempos de reconhecida escassez.

No número 8 publicado no primeiro semestre de 2001 há vários artigos que abordam a questão da sustentabilidade e desenvolvimento social e econômico, em termos nacionais e globais. Eduardo Gudynas retoma o debate sobre a constituição dos atores sociais presentes no movimento ambientalista, trazendo novas formas de se perceber articulação entre sociedade civil, o Estado e o mercado como agentes de sustentabilidade na sociedade contemporânea. Antônio Magalhães Jr. trata da questão dos Comitês de Bacias Hidrográficas e sua importância para a consolidação de mecanismos de gestão para recursos hídricos. O autor realiza um levantamento consistente da bibliografia sobre o tema e analisa as condições institucionais e legais para uma eficiente implantação e gestão dos comitês.

Humberto Tommasiano e Guilherme Foladori traçam um panorama apropriado dos problemas que envolvem a crise ambiental contemporânea, apresentando de forma clara e sistemática as correntes e questões principais da matéria. A mudança climática e a biodiversidade são utilizadas como ilustração dos inúmeros conflitos que a perspectiva ambiental envolve na busca de superação de suas crises. Daniel Brito realiza uma importante abordagem institucional sobre as políticas desenvolvimentistas

implementadas na Amazônia, principalmente através da SUDAM, trazendo dados e análises fundamentais para se compreender os rumos da modernização da região.

Thales de Andrade procura recuperar o debate sobre as implicações do desenvolvimento técnico sobre a problemática ambiental, utilizando para isso o pensamento do filósofo francês Gilbert Simondon. Por intermédio dos conceitos elaborados por esse pensador, o autor propõe uma reorganização da discussão envolvendo a técnica e o ambiente. Por fim Agrippa Faria Alexandre enfrenta o desafio de pensar as possibilidades e limitações dos agentes ecologistas em politizar o debate ambiental no momento atual. Para isso ele recupera o pensamento de importantes autores nacionais e estrangeiros que tratam da política contemporânea e da organização das demandas ambientais, como Boaventura de Souza Santos e Robin Eekersley entre outros.

No número 9 publicado no segundo semestre de 2001 foram publicados nove artigos que abordam direta ou indiretamente os rumos da Conferência de Johannesburgo em meados de 2002. Em seu artigo *La sostenibilidad del desarrollo entre a Rio-92 y Johannesburgo-2002: éramos felices y no sabíamos* Roberto Guimarães traça uma avaliação lúcida e instigante do longo caminho que separa a Conferência de Estocolmo no início da década de 1970 e a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo em 2002. Em primeiro lugar, faz um balanço da evolução econômica, social e institucional da década passada, para em seguida, destacar os avanços e retrocessos da agenda global do desenvolvimento sustentável, e do próprio processo preparatório regional para a Conferência de 2002.

Em um momento de grande questionamento e controvérsias sobre o verdadeiro impacto da Conferência, Guimarães questiona as ameaças que pode representar para a nova agenda de segurança estratégica a partir dos acontecimentos de 11 de setembro passado. O trabalho de Hector Alimonda é especialmente provocativo e aborda temas relevantes da história ambiental latino americana. Traz uma instigante perspectiva centrada na noção de herança da tradição marxista para a Ecologia Política na América Latina e ilustra seus argumentos na análise do pensamento de Nicolai Danielson, intelectual socialista russo do século XIX.

O texto de Daniel Hogan fornece um amplo painel do debate envolvendo sustentabilidade e dinâmica demográfica no caso brasileiro. Aponta as principais tendências dessa discussão com sólida base em material bibliográfico e guia o leitor interessado pelas diferentes abordagens do campo da demografia ambiental. José Célio Andrade et al analisam as formas de conflito e cooperação entre a empresa Aracruz Celulose e os índios Tupiniquim e Guarani, apontando para a necessidade de se abordar as estratégias socioambientais como um exercício de legitimidade. Marcos Mattedi e Ivani Butzke trazem uma discussão teórica cuidadosa e atualizada sobre o tema dos *harzards* e desastres. O resultado de suas análises consiste em um passo adiante para a rediscussão da noção de desastre ambiental e a incorporação da dimensão do risco em toda a sua fecundidade para o tratamento das questões envolvendo fenômenos sociais e ambientais. O artigo de Klaus Frey retoma de maneira criteriosa a análise das teorias do desenvolvimento sustentável, enfatizando suas diferentes abordagens no que se refere à presença do estado e os modelos

institucionais. As concepções de planejamento, regulação e participação democrática são centrais em sua análise e possibilita referenciais decisivos para se implementar uma gestão local sustentável.

No n. 10 de Ambiente & Sociedade de 2002 foram publicados seis artigos. Elinor Ostrom apresenta uma discussão sobre a questão das áreas comuns, um tema que converge às áreas de ciências naturais e sociais na perspectiva do acesso e disponibilização de recursos. Eu apresento um artigo neste número sobre um panorama da sociologia ambiental brasileira. Trata-se de um levantamento minucioso e sistemático da produção intelectual brasileira e enfatizo a necessidade das ciências sociais no Brasil aprimorarem seus instrumentos institucionais para o fortalecimento da temática no campo intelectual. O Trabalho de José Augusto Drummond retoma uma discussão importante da economia ecológica, a relação entre exuberância natural e prosperidade. Paulo Inácio et al produzem uma reflexão metodológica atual e necessária para a confluência das Ciências naturais e sociais para a temática ambiental. Sérgio Luís Boeira recupera dois autores importantes no cenário nacional e internacional, Fritjof Capra e Guerreiro Ramos, e realiza uma análise interessante e bem organizada de suas contribuições teóricas para a área ambiental. Por fim, Célia Futema et al trazem os resultados de um levantamento realizado na região amazônica sobre ação coletiva e condições ecológicas.

Podemos concluir, portanto pela discussão feita anteriormente que houve uma real internalização da questão ambiental nas ciências sociais brasileiras. Pudemos observar nos livros, artigos e *papers* comentados, abordagens próximas da teoria

social contemporânea, assim como da sociologia ambiental, tanto na sua dimensão da modernização reflexiva como na modernização ecológica. Por fim observamos também trabalhos que abordam as discussões teóricas tanto quanto os dados empíricos através de uma abordagem construtivista.

Como acontece com todas as teorias, segundo Floriani (2003), também a sociologia se vê acossada por disputas teórico-metodológicas, atreladas a diferentes matrizes filosóficas e epistemológicas. O autor afirma que este também parece ser o caso da sociologia ambiental. A sociologia, enquanto corpo teórico de mais de cem anos, teve seu nascimento influenciado pelo positivismo, pelo marxismo, pelo funcional-estruturalismo, pela fenomenologia. Cada um desses marcos epistemológicos derivou em outras sub-espécies, isto é, em modelos híbridos.

Segundo ainda o mesmo autor a sociologia ambiental também pode ser formulada desde essas mesmas matrizes, mas o que se percebe de inovador no esforço de alguns autores, e em suas propostas, é a reconstituição da trajetória teórica e metodológica dessa sociologia especial, por meio de um diálogo renovado entre ciências naturais e social.

No entanto, segundo Hannigan (2000) a abordagem social construtivista, por exemplo, estabelece o estudo de assuntos ambientais num paradigma sociológico distinto. Muito do que antigamente recaia sobre a classificação de “sociologia ambiental” surge de um discurso extradisciplinar, exigindo que um analista subscreva um novo conjunto de valores ecológicos. Em vez disso, esta corrente da sociologia ambiental adota deliberadamente a postura agnóstica exigida pela abordagem

construtivista, de forma a otimizar a avaliação da forma como o conhecimento ambiental, os riscos e os problemas são socialmente integrados. Uma abordagem da formulação social reconhece até que ponto os problemas e soluções ambientais são produtos finais de um processo de definição social, legitimação e negociação, dinâmicos nas esferas pública e privada.

Desde quase o início da sociologia ambiental o debate teórico girou em torno de sua “dupla especificação”: o fato da sociologia ambiental se inspirar, por um lado, da posição material/ecológica que vê nos humanos uma espécie biológica num ecossistema, e por outro lado, da ênfase teórica clássica nas capacidades distintamente sociais e simbólicos dos humanos e no caráter social de suas instituições. As maiores questões do campo, como vimos no transcorrer deste memorial, continuam girando em torno da ênfase relativa que os acadêmicos colocam na natureza biológica/ecológica ou distintamente social das sociedades humanas.

Tento sugerir, entretanto, que, mais do que visões terminantemente contraditórias, ambas oferecem possibilidades de cruzamentos férteis.

Enfim como vimos no transcorrer deste texto este trabalho se propôs em primeiro lugar realizar uma reconstituição e análise da sociologia ambiental internacional situada num contexto da sociologia contemporânea, discutindo tanto os aspectos teórico-metodológicos quanto os aspectos institucionais para compreender o desenvolvimento, legitimação e consolidação de uma problemática que até recentemente não era abordada pelas ciências sociais. Tentou mostrar que este campo da sociologia está totalmente consolidado no âmbito internacional e tem influenciado o desenvolvimento deste campo no Brasil.

Em segundo lugar quando analisamos detalhadamente o caso brasileiro chama atenção o fato desta área já estar bastante adiantada nos seus aspectos institucionais.

Ainda pudemos observar como a sociologia ambiental tem influenciado vários sociólogos brasileiros e certamente a minha trajetória profissional foi fortemente influenciada por este processo como veremos a seguir.

Retomando o Memorial Anterior

RELATO SOBRE A ATIVIDADE ACADÊMICA

Para iniciar este relato cabe um breve comentário sobre a escolha de meu curso de graduação. Fui criada em São Paulo em uma família de classe média alta e, portanto, com algumas oportunidades intelectuais melhores que a grande maioria da população brasileira. Ao mesmo tempo, filha de executivo, desde adolescente, conheci a chamada vida de "cigano", pois minha família mudava constantemente e vivemos em várias cidades brasileiras.

De qualquer forma minha vida em São Paulo, e principalmente minha estadia no colégio "Alberto Levy" (reduto de resistência da ditadura militar), foram fundamentais na minha formação. Na verdade, a política, no sentido amplo, condensa as diversas dimensões da vida, do cotidiano. Para minha geração misturava-se a manifestação política com a ruptura de valores.

Nessa época o MASP, o "Levy", o "Belas Artes", o "Vocacional" e a resistência ao regime militar confundiam-se nas nossas vivências e ainda estão muito presentes na minha memória. Portanto a opção por uma vida "alternativa", morar no interior, ter uma alimentação "natural", uma horta no quintal e a militância política, na verdade, era uma só questão.

Não tenho dúvidas que minha iniciação intelectual deve muito a este período. Na época do vestibular, fiz opção por Bacharelado em Ecologia na UNESP e em segundo lugar Sociologia na USP. As questões colocadas anteriormente pesaram na minha decisão. Além disso, minha irmã e "amiga" (até hoje) já morava em Rio Claro. Certamente as estratégias subjetivas pesaram.

O período de minha graduação foi extremamente conturbado pelas atividades políticas, ao mesmo tempo, por um esforço de dedicação aos estudos. O curso de Ecologia, com forte ênfase nas ciências naturais e exatas, não tinha nada de "light", como eu havia imaginado; além disso, havia ido para o interior também para realizar um projeto intelectual. Neste sentido, iniciei minha atividade profissional quando ainda cursava a graduação em Ecologia na UNESP. Fiz vários estágios na área de Ecologia Humana e Epidemiologia Social, contando desde este momento com o apoio da FAPESP e CNPq.

Desde a graduação foi se consolidando meu forte interesse pela Sociologia. Os cursos de Ecologia Humana, quando tive os primeiros contatos com a sociologia urbana (as leituras de Donald Piersons, Park e Burgess, e principalmente Parsons) foram fundamentais, assim como os cursos de extensão universitária, realizado na época (Visão Histórica da Teoria do Conhecimento, sob a orientação da filósofa weberiana, Maria Bicudo, onde tive os primeiros contatos, com a leitura sistemática de Weber e Heidegger, dentre outros, o curso de Economia Política, onde líamos Marx e o curso de Antropologia Social) definiram meus interesses pelas Ciências Sociais. O contato mais aprofundado com a produção marxista deu-se nessa época, através dos trabalhos realizados na área de saúde coletiva durante a graduação e posteriormente em curso de

especialização em Epidemiologia social realizado na Secretaria de Saúde no ano de 1984/85.

Além disso, auxiliaram-me nesta época os grupos de estudos realizados na Universidade com a leitura do Capital e as atividades de militância política tão comuns em meados dos anos 70. Lembro-me com especial prazer à vida no Centro Acadêmico, formado por nós na época, e a edição do jornal "Contexto", jornal de inspiração trotskista, que hoje tenho certeza, "só era lido por nós mesmos". Assim que acabei minha graduação voltei para São Paulo e iniciei trabalho na Faculdade de Saúde Pública na Universidade de São Paulo sob a orientação de Oswaldo Foratini.

Durante este período percebi que o interesse sociológico de minhas pesquisas só poderia ser aprofundado com uma formação sistemática, ou seja, com um mestrado em Sociologia. Ingressando no mestrado na UNICAMP (1983), iniciei meus estudos, daí sistematicamente na área de Sociologia Urbana, Sociologia Ambiental, assim como em Estudos de População, com o auxílio inestimável de Daniel Hogan, meu orientador na época, hoje prezado colega e amigo. Aproveitando meus estudos anteriores (com forte enfoque nas ciências naturais) e com os novos conhecimentos adquiridos durante o mestrado, conclui minha dissertação em 1986, intitulada "As Camadas Populares e a Doença". Meu objetivo principal foi procurar entender as conseqüências de processos de urbanização essencialmente imediatistas e predatórios, que acarretam condições socioambientais desastrosas, a ponto de propiciarem o desenvolvimento de determinadas doenças, em locais onde não existiam, ou em locais onde já haviam desaparecido, principalmente como conseqüência de ausência de políticas governamentais na área das políticas sociais.

Foram essenciais neste período as leituras de Foucault, Bourdieu, Boltanski, dentre outros, que me auxiliaram nas questões que já estavam se delineando através de minhas pesquisas empíricas. Em outras palavras, comecei a me preocupar com a dimensão subjetiva enfocada dentro das perspectivas estruturais de compreensão da sociedade. Obviamente a experiência individual de alguns anos de "divã" lacaniano e depois uma breve experiência jungiana influenciaram minhas opções intelectuais.

A noção de sujeito é uma noção extremamente controvertida. Desde o princípio, manifesta-se de forma paradoxal: é simultaneamente evidente e não evidente. No seio de nossa cultura ocidental, desde o século XVII, vivemos uma estranha disjunção esquizofrênica: na vida cotidiana, sentimo-nos sujeito e vemos os outros como sujeitos. Mas se examinarmos os outros e a nós mesmos pelo ponto de vista do determinismo, o sujeito novamente se dissolve, desaparece. Vivemos essa disjunção em função de um paradigma profundamente enraizado em nossa cultura.

No século XX, assistimos à invasão da cientificidade clássica nas ciências humanas e sociais. Expulsou-se o sujeito da psicologia e o substituímos por estímulos, respostas, comportamentos. Expulsou-se o sujeito da história, eliminaram-se as decisões, as personalidades, para só ver determinismos sociais. Expulsou-se o sujeito da antropologia, para só vermos estruturas e também foi expulso da sociologia. Pode-se inclusive dizer que, em determinado momento, e cada um à sua maneira, Lévi Strauss, Althusser e Lacan liquidaram de vez com a noção de homem e a noção de sujeito. Segundo a visão estruturalista e cientificista, aí onde está o eu, há que liquidá-lo, deve vir o isto. Não obstante, houve alguns retornos dos sujeitos, retornos às vezes tardios, como em Foucault.

Enfim, já naquele momento, acreditava que há necessidade do que alguns autores (Morin, 1996, por exemplo) chamam de pensamento "complexo", ou seja, um pensamento capaz de unir conceitos que se rechaçam entre si e que são suprimidos e catalogados em compartimentos fechados. Sabemos que o pensamento compartimentado e disciplinar ainda reina em nosso mundo. Este obedece a um paradigma que rege nosso pensamento e nossas concepções segundo princípios de disfunção, de separação, de redução. Sobre a base desses princípios, é impossível pensar o sujeito e assim mesmo pensar as ambivalências, as incertezas e as insuficiências.

Nesse período participei também de pesquisas desenvolvidas junto à Secretaria de Saúde em São Paulo, fazendo parte de equipe interdisciplinar na Coordenadoria de Saúde da Comunidade. Assim que terminei minha Dissertação de Mestrado, ingressei no Núcleo de Estudos de População-NEPO-UNICAMP, como pesquisadora (julho de 1986).

Esta etapa de minhas atividades profissionais foi muito marcante, principalmente, pelo convívio interessante com "esta tribo"; Elza Berquó, Daniel Hogan, Vilmar Faria, Chico de Oliveira e vários intelectuais que conheci nesta época, me auxiliaram nos caminhos teóricos e escolha do objeto mais geral de minha reflexão acadêmica. É interessante até hoje "sinto-me em casa" neste Núcleo.

Foi decisivo, também, neste período a abertura, realizada por nós do Grupo de Ecologia, Política e Sociedade na ANPOCS, onde conheci vários colegas, com quem nestes vinte anos tenho tido um intenso debate intelectual. Dentre vários amigos, cito Eduardo Viola, que por vários motivos, tem sido um grande parceiro na busca da liberdade de espírito para pensar criativamente as diferenças com o próprio

ensinamento. Certamente essa amizade teve forte influência no desenvolvimento de meus trabalhos por alguns anos.

Durante minha estadia como pesquisadora no NEPO, participei de várias "grandes pesquisas", trabalhei com Daniel Hogan na sua pesquisa sobre "Migração, Degradação Ambiental e Saúde em Cubatão"; fui coordenadora da pesquisa "Diferenciais de Mortalidade Infantil e a Política de Saúde no Estado de São Paulo", juntamente com Elza Berquó. Fui assessora do Programa Latino Americano de Atividades em População do CLACSO na "Investigação em População na América Latina e Instituições" e neste mesmo ano, fui membro da Comissão Científica organizadora do "Seminário Latinoamericano de População, Meio Ambiente e Desenvolvimento", promovido pelo PROLAP, realizado em Quito no Equador, que culminou com a publicação "Población y Ambiente en America Latina" (1987).

Essas experiências influenciaram a opção por um Doutorado em Ciências Sociais na área de Estado e Políticas Públicas. Paralelamente ao trabalho de pesquisa ingressei no Doutorado em Ciências Sociais na UNICAMP no ano de 1987. Neste momento meus interesses anteriores e a experiência de pesquisa levaram-me à tentativa de explicitar melhor questões referentes à problemática ecológica no âmbito das Ciências Sociais.

Existem, no entanto, algumas dificuldades para se pensar essa problemática. Elas decorrem da própria tradição das Ciências Sociais, como vimos anteriormente. Boa parte dos conceitos com os quais operamos estão comprometidos com uma certa visão da sociedade. Para dar um exemplo, tanto Marx, quanto Weber e Durkheim viram que o trabalho industrial moderno tinha conseqüências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um trabalho maçante, repetitivo. Mas não se chegou a prever

que o desenvolvimento das "forças produtivas" teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao ambiente material. Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é surpreendente, como diz Giddens (1991), que os sociólogos ainda hoje encontrem dificuldade em desenvolver uma avaliação sistemática desta questão. A problemática ecológica, como objeto, exige de nossa imaginação sociológica novos conceitos.

Ao mesmo tempo, não poderemos abstrair da dimensão política se quisermos compreender nosso mundo e nosso tempo. A política lança o maior desafio ao conhecimento. A política é uma abstração geral que requer idéias gerais num mundo em que os conhecimentos gerais são insuficientes porque especializados. Efetivamente, o não político não pode ser isolado do político. Tudo o que é não político comporta, pelo menos, uma dimensão política: a ecologia, a demografia, a natalidade, a juventude, a velhice, a saúde, o bem-estar, o mal-estar, o livre trânsito dos espermatozóides, etc. Inversamente, tudo o que não é político comporta também e sempre, uma dimensão política. A vida e a morte de cada ser humano dependem também da dimensão política.

A política lança o maior desafio à ação. Toda ação é incerta e necessita uma estratégia, isto é, uma arte de agir em condições aleatórias e adversas. Mas a ação política é um jogo particularmente incerto em que as ações podem determinar reações que as destruam. O mais impressionante, o mais freqüente em política, é a mudança de rumo, a perversão, o desvio da ação. Neste sentido o contato com a sociologia contemporânea, e também com as novas Teorias do Estado, Análise de Políticas Governamentais e Ecologia Política auxiliaram-me no recorte do objeto. Principalmente as leituras dos ecologistas radicais, como Illich, Gorz, Dupuy, Galtung, Rozsak, Olphuls,

dente outros; dos ecologistas moderados, Paehlke, Lester, Brown, Morison, dentre outros; de Clauss Offe e na época uma pequena incursão a Habermas deliniaram o formato final do trabalho.

Defendi minha tese de Doutorado intitulada "Estado e Ambiente: Novos Dilemas e Desafios (A Política Ambiental no Estado de São Paulo)", em outubro de 1992. Este trabalho, não só me possibilitou um aprofundamento significativo em minha formação, assim como a publicação de vários artigos sobre política ambiental. Até hoje me surpreendo com o número de citações a este trabalho.

Antes de defender esta Tese de Doutorado, iniciava minha atividade docente na UNICAMP, experiência que prezo particularmente. Em fins de 1988, participei de um processo de seleção no Departamento de Sociologia. Difícil, com muitos e qualificados candidatos. Encontrei no IFCH um clima muito fraterno e intelectualmente bastante instigante, plural, heterogêneo, que respeitava e se beneficiava da diferença. Sinto falta deste clima atualmente.

Nos primeiros semestres de atividade, ministrei cursos de "Introdução à Sociologia" para alunos de Ciências Sociais e de História, que tinha como objetivo iniciar a discussão de determinadas questões de investigação sociológica através de leitura de textos clássicos. Após uma breve esquematização do social nos tempos modernos, introduzimos alguns conceitos de duas tradições sociológicas: a concepção materialista da história de Marx e a sociologia da dominação e da religião de Weber.

Fui responsável também por outras disciplinas.

"Métodos e Técnicas de Pesquisa", disciplina de natureza predominantemente prática e instrumental, voltada ao apoio para elaboração de projetos de pesquisa, centra-

se em sua primeira parte centra-se na introdução dos aspectos teórico-metodológicos da pesquisa científica.

"Pensamento Social no Brasil", que tem como objetivo examinar a história das idéias sociológicas no Brasil, através da leitura de autores significativos, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros.

Cabe lembrar ainda que neste período introduzi a disciplina "Sociologia Ambiental" para a graduação em Ciências Sociais que tem como objetivo central analisar a obra recente de cientistas sociais, tanto nacionais, quanto internacionais, que vem problematizando a questão ecológica. Curso fascinante. Nestes últimos anos tenho ministrado a disciplina de sociologia ambiental para graduação, curso este que tem recebido um número elevado de interessados.

"Sociologia Contemporânea", que tem como objetivo discutir as principais correntes teóricas que dominaram o pensamento sociológico desde a década de 1930, como o funcionalismo, teoria do conflito, interacionismo simbólico e as teorias da escolha racional. Além disso, debate alguns temas sobre os quais a sociologia contemporânea tem se debruçado, tais como, a globalização da produção, a mundialização da cultura, a centralidade do trabalho e a questão ambiental. Curso realmente instigante.

Atualmente alterno minhas atividades docentes ora trabalhando na Pós Graduação ora ministrando Sociologia Ambiental para graduação.

Na área "Mudanças Sociais: Questões em Ambiente e Tecnologia" no Programa de Mestrado em Sociologia e no Programa de Doutorado em Ciências Sociais, ministro a disciplina "A Perspectiva Ambiental na Política Contemporânea". O curso propõe

fundamentalmente uma discussão teórica sobre a problemática ambiental na política contemporânea, através de categorias de análise como globalização, descentralização e sustentabilidade, analisando as políticas ambientais internacionais e nacionais no período de 1970-2000.

Além disso, ministro regularmente o Seminário de Tese obrigatório para os alunos da área, curso muito interessante e mais recentemente introduzi também a disciplina de Sociologia Ambiental também na Pós-Graduação. Esses são alguns dos pontos que venho privilegiando nas disciplinas que tenho ministrado nos Programas de Pós-Graduação.

Estes cursos junto aos Programas de Doutorado em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia são especialmente interessantes pelo caráter interdisciplinar de seus alunos. Têm participado desses cursos além de nossos alunos do Programa, alunos de vários Institutos e de várias formações disciplinares e vários alunos provenientes de diversos órgãos governamentais e movimentos sociais da área ambiental.

Minha experiência docente no IFCH, bastante estimulante do ponto de vista intelectual, tem se desdobrado em atividades de orientação de alunos de iniciação científica (um total de 19 alunos com bolsas de IC da Fapesp e CNPq), mestrado (12 dissertações defendidas, três em andamento) e doutorado (sete defendidas, três em andamento), participação em bancas de monografia de curso, mestrado e doutorado, assim como em concursos.

Nessa época, através de uma bolsa das Nações Unidas (Fellowship Service United Nations) participei de um treinamento na Universidade Estadual de Moscou-Rússia, em um programa sobre População e Desenvolvimento, junto aos Departamentos

de Sociologia e Economia daquela Universidade, assim como no Centro de Pesquisas de População. Este programa incluía cursos sobre Teoria Geral de População; Tendências Atuais da Interdisciplinaridade, Ecologia e População, Análise de Políticas Ambientais e Prognósticos Sócio-Demográficos; assim como, visitas a vários órgãos governamentais nas áreas de saúde, ambiente, planejamento e população. Além da importância acadêmica desta experiência, é indescritível o privilégio de estar na ex-União Soviética durante a queda do regime. Do ponto de vista pessoal e intelectual a estadia naquele "gelado", mas belíssimo país, certamente beneficiou-me para o entendimento de questões tão complexas como o advento e a crise do socialismo real, além de ter acelerado uma separação de um casamento de uma década!

Desde 1990 participo também como pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP, onde tenho exercido várias atividades, como palestras, participação em cursos de extensão e principalmente atividades de pesquisas em equipes interdisciplinares. Fui Coordenadora Associada deste Núcleo. Cabe aqui um comentário desta experiência.

Ao contrário das Universidades norte-americanas e européias, não é muito comum nas Universidades brasileiras à vida além do âmbito departamental. Certamente a minha inserção no Departamento de Sociologia é fundamental para meu desenvolvimento intelectual, além de todas atividades descritas anteriormente, o convívio com intelectuais como Laymert Garcia dos Santos, Renato Ortiz, Octávio Ianni, Ricardo Antunes, Rosana Baeninger, José Marcos Pinto, dentre outros amigos, é extremamente estimulante, entretanto, o cotidiano do desenvolvimento de atividades interdisciplinares estimula nossa inteligência, além de nos desafiar em nossas capacidades individuais.

As metáforas de desenvolvimento da própria ciência contemporânea - muitas vezes de base determinista - que propõem mudanças progressivas até melhores estágios para a humanidade, cedem hoje ante o reconhecimento de crises inesperadas. Prigogine comenta que crises que emergem pela mesma dinâmica dos processos nos recordam a necessidade de respeitar a complexidade ecológica e a importância das singularidades históricas, culturais e regionais para o planejamento em diversas esferas da atividade humana, incluindo também a subjetividade e a ação social. Os estudos ecológicos tornam importantes a simulação, a prospectiva de múltiplas alternativas, a criatividade. Estas modificações são acompanhadas por uma descentralização das ciências. Em consequência disso se estabelecem consensos locais ou parciais dentro de cada teoria. Questionam-se leis gerais, propondo-se que elas se aplicam só a áreas limitadas da realidade e que nelas coexistem teorias alternativas que não necessariamente se validam entre si. Na vida cotidiana instaura-se uma relatividade crescente, e os critérios universais de verdade são substituídos por múltiplos universos do discurso. As alternativas, a construção social da ciência e o não registrar uma única verdade objetiva são fenômenos que introduzem a necessidade de levar em conta questões éticas de responsabilidade e liberdade. A ciência obviamente não é neutra; serve para destruir e construir assim como para alterar cursos de ação.

Não somos meros reprodutores passivos de uma realidade independente de nossa observação, assim como não temos liberdade absoluta para eleger de forma irrestrita a construção da realidade que levaremos a cabo. A operação ativa de construção/desconstrução (no contexto) que os grupos humanos fazem sobre o que será seu "universo" - objeto de conhecimento - coincide com sua emergência simultânea

como sujeitos no mesmo processo de construção. Essa perspectiva permite perguntar sobre os conceitos de "verdade", "objetividade", "realidade". Sublinha uma posição ética fundada e enraizada simultaneamente na responsabilidade por nossas construções do mundo e das ações que as acompanham, as quais, em conjunto, substituem a possibilidade de fundamentar exclusivamente nossos atos numa realidade objetiva, refletida numa verdade evidente à qual nós meramente nos agregamos.

A realidade contemporânea, na qual se sobrepõem linguagens, tempos e projetos tem uma trama plural, com múltiplos eixos problemáticos. Talvez possamos falar do término da visão determinista, linear, homogênea, e do surgimento de uma consciência crescente da descontinuidade, da não linearidade, da diferença e da necessidade do diálogo como dimensões operativas da construção das realidades em que vivemos.

Assistimos à dissolução dos discursos homogeneizantes e totalizantes na ciência e na cultura. Não existe narração ou gênero do discurso capaz de dar um traçado único, um horizonte de sentido unitário da experiência da vida, da cultura, da ciência ou da subjetividade.

Há histórias, no plural; o mundo tornou-se intensamente complexo e as respostas não são diretas nem estáveis. Mesmo que não possamos falar de um curso único para a história, os projetos humanos têm um assentamento social que já permite abrir o presente para a construção de futuros possíveis. Tornar-se um ser humano consiste em participar de processos sociais compartilhados, nos quais emergem significados, sentidos, coordenações e conflitos. A complexidade dos problemas desarticula-nos e, precisamente por essa razão, torna-se necessária uma reordenação intelectual que nos habilite a pensar a complexidade. A perda do futuro poderia ser uma vantagem se nos

empurrasse à aventura do desconhecido; ela nos fez desenvolver a ambigüidade dos processos científicos e técnicos, da incerteza de nosso futuro (Prigogine, 1996).

Entretanto, esse tempo também pode ser entendido como o tempo da criatividade, da generosidade, da restauração dos elementos singulares, do local, dos dilemas, da abertura de novas potencialidades. As implicações sociais, políticas e ecológicas dessa atividade não estariam subordinadas a ciências particulares, a formas culturais específicas, mas sim se encontrariam no centro desta atividade. Sentirem-se partícipes/autores de uma narrativa, da construção dos relatos históricos, é uma das vias de que dispõem os indivíduos e os grupos humanos para tentar atuar como protagonistas de suas vidas, incluindo a reflexão de como emergimos como sujeitos, de como somos participantes de e, participados pelos desenhos sociais.

Certamente assim que me sinto, quando penso o que Lúcia Ferreira, Eduardo Viola, Daniel Hogan e eu temos feito em relação aos estudos ambientais de uma perspectiva das ciências sociais no Brasil e minhas atividades, tanto no Departamento de Sociologia, quanto no NEPAM, tem sido permeada com estas questões.

Quero lembrar também o período em que estive na Chefia do Departamento de Sociologia. Nessa época pude entender um pouco melhor como se criam as condições para que a atividade intelectual possa ser efetivamente preservada. Departamento que, até então, só conhecia como docente e que, naqueles anos, tive que aprender como ajudar na sua organização, na sua expansão. Na verdade já tinha sido Coordenadora da Graduação em Ciências Sociais, nos anos de 1994 e 1995. Experiência também gratificante pelo contato direto com os alunos de graduação.

Entretanto a experiência na Chefia do Departamento foi inteiramente nova e, paradoxalmente, apesar de uma carga de trabalho administrativo e eminentemente gerencial, usufrui, auxiliada por alguns amigos momentos de clara atividade acadêmica e intelectual.

Naquela época, aproximando-se do final do século XX, em que situação nos encontrávamos? Francis Fukuyama escreveu o livro de muito êxito, "The End of History and the Last Man". Stephen Hawking, em seu "A Brief History of Time", conclui que vamos nos aproximando do momento em que leremos a mente de Deus, em que teremos decifrado o enigma da natureza. Talvez os biólogos discordassem de apreciações como as de Fukuyama ou Hawking, e diriam que apenas começamos a compreender o sistema neural. Na verdade, abundaram os livros e os artigos sobre o final do século XX. Mergulhados nesses dilemas e tendo em mente algo diferente, organizamos o Seminário "A Sociologia no Horizonte do Século XXI", que culminou com a publicação com o mesmo título pela Editora BOITEMPO (1997). Este livro teve sua segunda edição em 2002. Curioso: este fim de século, que no senso comum (das pessoas e de muitos estudiosos) se anunciam como sendo exclusivamente negativo, para nós se apresentava repleto de desafios.

Longe de estarmos diante de uma "crise paradigmática", de uma paralisia de pensamento, poderíamos ver um horizonte que poderia ser explorado de outra maneira, mais criativa, capaz de nos impulsionar para além de nossos conhecimentos mineralizados. Na verdade, vivíamos no Departamento de Sociologia, um momento bastante propício ao debate intelectual. Apesar de nossas idiossincrasias, felizmente ainda estão presentes no Departamento bons intelectuais; além disso, desenvolvemos

várias linhas de pesquisa, inclusive, em áreas de ponta, mesmo quando nos comparamos ao cenário internacional e finalmente e, principalmente, investíamos em nossas diferenças. Parecia-nos contra producentes consensos pré-determinados.

A opção pela publicação de um livro surgiu da constatação que os tradicionais anais de eventos são demasiado longos e de circulação restrita. Os nove ensaios, apesar de sua heterogeneidade, apresentam no seu conjunto uma reflexão crítica, ampla e original sobre diversos ângulos da realidade contemporânea, e propõem algumas pistas capazes de orientar uma leitura do movimento da globalização econômica e da nova ordem política e ideológica mundial que escape ao cerco mediático estabelecido pela mesmice teórica, muitas vezes presente nos debates sobre os temas nos quais debruça-se a sociologia contemporânea.

O período em que fiquei na Chefia do Departamento foi de forte aprendizado, tanto no que diz respeito às atividades intelectuais, quanto sobre as possibilidades do convívio humano em um espaço democrático. Paralelamente a este trabalho, neste período, coordenei em conjunto com Eduardo Viola, o Grupo de Trabalho "Ecologia e Sociedade" da ANPOCS. Este trabalho, paralelo às minhas atividades na Chefia do Departamento de Sociologia, também culminou com a publicação do livro "Incertezas de Sustentabilidade na Globalização", organizado por mim e Eduardo Viola. Na verdade este livro reflete um amadurecimento da sociologia e ciência política ambientais no Brasil. Este livro também teve segunda edição em 2002 e agora em 2003 sairá sua terceira edição.

Foi o resultado de uma década de reflexão crítica, sistemática e inovadora de um grupo de intelectuais, que tem trabalho sob a égide de algumas premissas: a existência

de processos globais que transcendem as categorias, Estado, nação, classes sociais.

Na verdade, os trabalhos incluídos neste livro associam fortemente à idéia de sustentabilidade com outras três dimensões sociais já consagradas dentro do pensamento político: democracia, equidade e eficiência.

A maioria dos cientistas em atividade conhece e respeita a história dos campos em que atuam, mas o que geralmente têm em mente é uma constante busca pelos volumes das publicações especializadas. Não é que os pesquisadores tenham memória curta, mas aprendemos e retemos apenas os acontecimentos que inicialmente abalaram nossas áreas específicas. Na verdade, as grandes mudanças que lançaram a imensa transformação do conhecimento humano iniciaram-se no século XX ou aparentemente começaram no século XX. Entretanto, ainda vivemos paradoxos, por exemplo, um pesquisador em sociologia, que trabalha em alguma Universidade norte-americana, não sente que seu estudo depende de outras áreas do conhecimento.

Os cientistas sociais contemporâneos podem seguir a pista de suas idéias até áreas muito próximas, como a história, a economia, por exemplo, mas apenas conceitos já conhecidos é que são encarados como sendo verdadeiros. Os estudiosos da questão ambiental, e não somente estes, estão em terreno muito novo, olhando para eventos estranhos e imprevistos no espaço e no tempo, fazendo conjecturas intelectualizadas sobre fenômeno muito além de sua área de conhecimento, chegando a especular a respeito de universos bastante complexos. Estamos literalmente em um mundo novo, um lugar muito mais curioso do que parecia há alguns séculos atrás, mais difícil de se compreender, mais arriscado para especulações e cheio de vida, com informações que

se tornam ao mesmo tempo cada vez mais acessível e mais desconcertantes. Às vezes parece que não apenas há mais a ser aprendido, mas tudo deve ser aprendido.

Os trabalhos reunidos no livro "Incertezas de Sustentabilidade na Globalização" representam uma tentativa para esclarecer esta distinção e também proporcionar uma visão mais aproximada do que passa na mente dos cientistas brasileiros no que diz respeito a questões tão complexas.

Vinha também desenvolvendo minha pesquisa, desde 1994, sobre o que se denominou "A Internalização da Proteção Ambiental nas Políticas Municipais do Estado de São Paulo". Na verdade, é um desdobramento, de algumas questões já colocadas em minha Tese de Doutorado, entretanto, já naquele momento, algumas perspectivas vinham se modificando. Sabe-se que os anos 1980 trouxeram profundas transformações na sociedade brasileira e particularmente no processo de formulação e implementação das políticas ambientais brasileiras. Esse período que abrange a Constituição de 1988 foi responsável também, especialmente a partir de meados da década, pela enorme expansão da internalização da proteção ambiental no âmbito do poder local; vivenciou-se a explosão das políticas municipais de meio ambiente.

Além disso, a re-configuração de poder é marca distintiva da cidade contemporânea. Em cidades tão díspares quanto Nova York, Barcelona, Lisboa, Curitiba, Porto Alegre ou São Paulo, são evidentes as transformações da cultura política local, até então, tradicionalmente polarizada, entre o público e o privado, o governo e a sociedade. Ponto de intersecção de diferentes escalas local, nacional e transnacional, a cidade é singular, com história e identidades próprias, mas plural em suas relações e manifestações. Redes de relações mais ou menos formais estão em acelerada mutação.

Conceitos polares, como competitividade e sinergia, globalidade e localismo aproximam-se em virtude de estratégias de desenvolvimento e tecnologias de informação. A realidade virtual muda à visão do mundo e do mundo próximo que é a cidade, que passa a ser imagem e representação na janela eletrônica. Contudo, a globalização tem sombras e luzes, êxtases e agonias novas. O governo das cidades defronta-se com os desafios da economia sustentada, com o resgate da identidade local e com a necessidade de promoção do desenvolvimento. Em resposta a esse cenário, novas articulações entre o governo e a sociedade organizada aproximam pólos de poder opostos em ações estratégicas. Atores locais interagem com outros, em países distantes, através do intercâmbio de novas tecnologias para gerir e viver a cidade.

Alguns aspectos destacam-se relativamente a esse fenômeno em curso: em primeiro lugar, as inovações estruturais, os novos "*designs*" organizacionais que se configuram virtualmente como fóruns, conselhos, consórcios, que poderíamos identificar como ilustrativos das chamadas arquiteturas estratégicas. A seguir, vêm as novas expressões de liderança e da gerência contemporâneas, tão bem exemplificadas pelos prefeitos empreendedores e pelos gestores de projetos e organizações. Uns e outros inovam o cenário urbano ao conciliarem compromissos sociais com viabilidade financeira, como se explicita, claramente, em grande número de ONGs, autônomas a ponto de se constituírem em contra poder e poder paralelo. A revalorização do local, na era da globalização trouxe novas agendas à pesquisa sobre gestão urbana e sobre as organizações que contracenam no âmbito das cidades. Há o reconhecimento de que o universo local é multifacetado, caleidoscópico, transpassado por diversas instâncias de poder, que geram atores e organizações com competências estratégicas.

Na seleção temática, vai se perguntar como reduzir desigualdades, oferecer melhor qualidade de vida, fortalecer identidades e culturas locais, melhorar serviços. Como promover desenvolvimento sustentável e novas alternativas de qualificação para a sociedade, como identificar pontos de ruptura, conflito e como tratar a violência em suas manifestações. Será parte da agenda o fortalecimento da governabilidade, a regeneração da capacidade de governar e de criar-se uma esfera pública competente e ética, que se relacione com a sociedade e o mercado com novas pautas de convivência e partilhas de poder. Temas compreensivos, como os mencionados, exigem recortes teórico-metodológicos diferenciados. O caráter transdisciplinar, o foco no "mundo das ações" mais ou menos organizadas, a dimensão estratégica de fenômenos e modos de agir requerem a cooperação entre várias disciplinas.

Finalmente, cabe discutir, neste momento em que se juntam os fragmentos para as tarefas de re-invenção e reconstrução, o compromisso da academia com o duplo movimento: de valorização das raízes às contingências e desafios de globalização, de conveniência, culturalmente sensível ao local, à competência para intervir em diferentes tipos e espaços.

Tendo estas questões em mente e já adiantada na pesquisa de campo sobre a análise das políticas municipais ambientais no Estado de São Paulo, senti a necessidade de sair do país e realizar um Pós-Doutoramento no exterior. A escolha dos Estados Unidos deveu-se pelo fato, não só estratégico de certo domínio da língua, mas também, pelo fato de ser neste país que os estudos ambientais têm se desenvolvido de forma intensa nos últimos anos. Foi na realidade nos Estados Unidos que sistematizei melhor o levantamento bibliográfico na área de sociologia ambiental.

Mais uma vez contei com a ajuda de Eduardo Viola e Vilmar Faria para a realização do Projeto. Depois de longas conversas e primeiros contatos com as Universidades americanas, decidi ir para Lyndon B. Johnson School of Public Affairs na Universidade do Texas em Austin, como "Visiting Scholar". Certamente naquela época não tinha a plena consciência da riqueza da experiência que acabaria sendo a minha estadia naquele Instituto e quanto gostaria de viver em Austin. Entretanto, há um momento na vida em que começamos a dar a devida importância às nossas intuições.

Além de ter desenvolvido levantamento bibliográfico sobre o tema "Environmental Politics and Policy", que inclui a análise das políticas ambientais, tanto no nível federal, quanto estadual e local, naquela Universidade que conta com uma das maiores bibliotecas sobre questões Latinoamericanas, nos Estados Unidos, participei do Programa "State Government in Social Policy of Brazil", coordenado por Robert Wilson e Lawrence Graham na LBJ School of Public Affairs junto ao "Department of Government" em cooperação com "Institute of Latin American Studies".

Durante o primeiro semestre do programa, participei do curso ministrado por Bob Wilson, como "advisor", onde desenvolvemos trabalhos em grupo, em que minha função era a orientação dos estudantes, cujo processo culminou no desenvolvimento do "paper" "Operations of State and Local Government". Na segunda etapa do curso auxiliei alguns estudantes na elaboração de projetos de pesquisa, principalmente os relacionados a área de políticas ambientais. Este programa inclui a participação de alunos norte-americanos e também a presença de alguns brasileiros, lideranças de ONGs e agentes governamentais. Vilmar Faria também participava do programa. Foi realmente uma experiência bastante enriquecedora de trocas de experiências entre os

participantes. Realizei também contatos com colegas que trabalham na área ambiental, tanto junto a LBJ School of Public Affairs, quanto em outros Institutos daquela Universidade.

Neste período, também fui à Cidade do México para participar do XX Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia-"América Latina y Caribe- Perspectivas de su Reconstrucion"-, onde participei da comissão "Ciudades Latinoamericanas, Modernizacion e Pobreza" e apresentei o trabalho "A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local".

Além disso, acompanhei várias reuniões do movimento ambientalista em Austin e fiz contatos com várias entidades ambientalistas americanas, com o auxílio inestimável de Bob Wilson e Dean Graber, jornalista e pesquisador do "Urban Issues Program". Fizemos também viagens às grandes, médias e pequenas cidades do Texas. Realmente senti um pouco a cultura política local e foi um período de grande aprendizado. No segundo semestre participei de algumas sessões do curso "Population and the Environment", ministrado por Charles Wood, no Departamento de sociologia daquela Universidade.

Em minha estadia nos Estados Unidos participei de vários simpósios e seminários, tais como "Sustainable Development in Latin America- Rainforests and the Role of Law", "International Symposium of Sustainable Development/ Implications for World Peace (na verdade fui membro da Comissão organizadora deste simpósio). Participei também do "Symposium of Brazilian Researchers: Who, What and Whay at UT- Austin", onde apresentei o trabalho "Democracy and Sustainable Development", no "Institute of Latin American Studies". Proferi ainda palestra sobre o tema

"Environmental Policy in Brazil: A Recent History" na mesa redonda "Public Policies and Environment in Brazil", também no Institute of Latin American Studies. Na verdade fui organizadora deste evento, junto ao "Brazil Center", centro de estudos e pesquisas sobre problemas brasileiros. Participei também no Seminário "Decentralization in Brazil: Implications for Social Policy".

Enfim minha estadia nos Estados Unidos, tanto do ponto de vista intelectual como pessoal, foi certamente um "turning point". O convívio com o dinamismo de suas Universidades, com a democracia participativa, além da minha inserção naquela sociedade como "mãe de Felipe", que ia à escola, tinha amigos, mexeram muito com a minha cabeça. Uma viagem como esta sempre é uma experiência radical, no entanto, aprendi também que a volta pode incluir um sentimento de "estrangeiro", que eu imaginava possível só quando estamos longe do nosso país.

Bem desde que voltei reassumi minhas atividades docentes junto ao Departamento de Sociologia, assim como, a Coordenação Associada do Nepam e a Coordenação do Doutorado em Ciências Sociais do IFCH. Paralelamente desenvolvi um Projeto , financado pela FAPESP, denominado "A Internalização da Proteção Ambiental nas Políticas Municipais no Sul e Sudeste do Brasil (Avaliação Comparativa de oito Cidades no período de 1989/1996), obviamente um desdobramento do projeto desenvolvido nos Estados Unidos e que culminou no concurso de Livre Docência, na área de Sociologia Ambiental, junto ao Departamento de Sociologia em outubro de 1997.

Gostaria de concluir esta parte tentando exprimir o sentimento que o trabalho intelectual me suscita.

"Um bom exercício matinal para o pesquisador é livrar-se, todos os dias, depois do café da manhã, de suas hipóteses prediletas. Isso o torna mais jovial."

KONRAD LORENZ (1903-1989)

Os Anos entre os períodos de 1997 até 2003

Nem tão jovem quanto gostaria, mas suficientemente jovial para recomeçar retomo aqui o período em que defendi o concurso de Livre Docente em Sociologia Ambiental. Felizmente o material submetido para o concurso foi publicado em livro pela Editora Boitempo em 1998.

"A Questão Ambiental- Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil" examina alguns aspectos da política ambiental que se derivam das problemáticas de sustentabilidade e políticas públicas, duas questões de grande importância na pesquisa das ciências sociais contemporâneas. O livro está dividido em oito capítulos. O primeiro trata da internalização da proteção ambiental nas políticas municipais de São Paulo e expõe o eixo principal do Programa de Pós Doutorado desenvolvido nos Estados Unidos. Os capítulos seguintes enveredam por discussões sobre a pertinência e a validade das categorias de sustentabilidade, descentralização e globalização para a análise da política contemporânea. No capítulo 2, "A busca de alternativas de

sustentabilidade nos novos padrões de urbanização proponho uma discussão teórica sobre cidades e desenvolvimento sustentável, reafirmando que estas alternativas envolvem mudanças de mentalidade e de comportamento dos integrantes da sociedade por meio de sua participação nos processos decisórios. Esta obra trata ainda das políticas ambientais na realidade contemporânea, do desenvolvimento e da urbanização, argumentando que no contexto de desenvolvimento atual as políticas ambientais devem ser correlacionadas com as demais políticas públicas, para que se construa um projeto novo para o século XXI. Este livro está esgotado e sua segunda edição está programada para o segundo semestre de 2003.

Sob a forma de artigos em Revista publiquei em 1997 o artigo “Sustentabilidade e Democracia no nível local” na Revista **Ambiente & Sociedade**, Ano I. 1ª e 2ª semestre, na mesma linha teórica trabalhada no livro citado anteriormente, onde analiso a busca de alternativas de sustentabilidade através do estudo da formulação e implementação de políticas públicas adotadas por algumas Prefeituras de municípios do Estado de São Paulo.

O ano de 1998 foi especialmente interessante no que diz respeito às atividades intelectuais. Em primeiro lugar cito minha experiência como “Visiting Professor” na Universidade do Texas em novembro deste ano. Voltei ao Texas para participar do referido Programa na LBJ School of Public Affairs agora como Professora convidada e não como Pós Doc. Proferi palestras sob os temas: *Sustainability and Democracy in Brazil*; *Sustainability and democracy at the local level of Government* e ainda *Environment Studies in Brazil*. Tive ainda reuniões com colegas que trabalham na área ambiental, assim como, com vários estudantes interessados no tema e no Brasil.

Neste mesmo ano apresentei na *Latin American Studies Association* o trabalho “*Sustainability and Democracy at the local level of Government*”, realizada entre 23 e 26 de setembro em Chicago, Estados Unidos.

No intervalo dessas viagens, em outubro de 1998 participei da Mesa Redonda *Sustentabilidade e as Ciências Sociais* na Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais/ANPOCS.

Por fim cabe mencionar aqui que neste mesmo ano assumi a Coordenação geral da Pós-graduação em Ciências Sociais no IFCH da Unicamp. Certamente foi uma experiência que deve ser relatada, pois exemplifica um exercício de trabalho cotidiano junto a 7 programas de Pós-graduação, dos quais 3 eram de excelência e os demais nota máxima para mestrado de acordo com os critérios da CAPES. Trabalhamos em grupo tanto professores e funcionários. Além de responder a uma enorme demanda administrativa promovemos uma série de eventos onde debatemos tanto a situação das Universidades brasileiras, assim como, discussões as mais refinadas do ponto de vista teórico. Realmente foi um período onde tive real dimensão institucional de fazer parte de uma Universidade como a Unicamp.

Ainda em 1998 participei como coordenadora associada do Núcleo de Pesquisas Ambientais (NEPAM). Neste período coordenei a Equipe do Nepam que participou do Programa de Recuperação Ambiental da Bacia Billings junto à Secretaria do Estado de Meio Ambiente e a Sabesp. Esta atividade foi a experiência mais interdisciplinar que tive. Participavam da equipe desde engenheiros, físicos, arquitetos, geógrafos, ecólogos, sociólogos, dentre outros. Tínhamos como tarefa fazer o Termo de referência do Programa de Recuperação Ambiental para Bacia Billings, que envolvesse a participação

não só das Prefeituras como também de todos os movimentos sociais envolvidos com a proposta. Esta metodologia aliás foi proposta pela equipe do Nepam. Foi um ano de trabalho intensivo pois, além das questões mais técnicas como a análise de experiências internacionais de formulação da proposta, realizávamos reuniões semanais com os atores nos municípios na Billings.

Paralelo a estas atividades em equipe desenvolvi pesquisa individual com apoio da FAPESP e do CNPq sobre a Internalização da proteção ambiental nas políticas municipais no sul e sudeste do Brasil (Avaliação Comparativa de oito cidades no período de 1989-1996). Esta pesquisa propiciou-me além de um aprofundamento sobre as questões teóricas referentes às discussões sobre cidades, uma série de publicações que elenco a seguir.

Na Revista **Debates Socioambientais** publiquei o artigo “*As Cidades e Sustentabilidade*” . Ano IV. N.11.1999.

Na Revista **Ambiente& Educação. Revista de Educação Ambiental da UFURG,** publiquei o artigo *Política Locais e Mudanças Ambientais Globais*. Vol.5/6. Editora da UFURG. Rio Grande do Sul. 2000/2001.

Na Revista **Ambiente& Sociedade** publiquei o artigo *Indicadores Político-Institucionais de Sustentabilidade*. Ano III. 1* e 2* semestre de 2001. Campinas.

Na forma de capítulo de livro publiquei em espanhol o artigo “*La Busqueda de alternativas de Sustentabilidad en lo poder local*” no livro **Ciudades Latinoamericanas. Modernizacion y Pobreza** organizado por Alicia Ziccardi e Sergio Reyes Luján e

publicado pelo Programa Universitario de Estudios sobre la Ciudad da UNAM na Cidade do México em 1999.

Neste mesmo ano publiquei o artigo “*Ambiente e Políticas Públicas: em direção a uma nova agenda*”, no livro **Saúde e Ambiente na região Amazônica**, organizado por Marta G. Pinatti e Domingos T. de Oliveira Martins, pela Editora da UFMT.

No livro organizado por Dujisin Araya intitulado **Uma Mirada regional a la relación comercio internacional y medio ambiente**, publicado pela FLACSO e Nueva serie, publiquei capítulo *Sustentabilidad y Perspectiva Ecosocial*. Santiago.2000.

Ainda sobre o mesmo tema publiquei junto ao livro organizado pelo PNUD e Instituto de Política da UNB “**Agenda de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil do Século XXI**”, o capítulo *Sustentabilidade no Poder Local no Brasil*. Brasília.2000.

No livro organizado por Tomasquin, M e Hogan, D. “**Human dimensions of global environmental change**”, o capítulo intitulado *Local Policies and global environmental changes*. Academia Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro. 2001.

Por fim está no prelo o livro organizado por Timmons Roberts, Eduardo Viola e Frederick Buttel “**Sustainability and Unsustainability on the road from Rio**” onde publiquei o capítulo *Political-institucional Sustainability indicators: creating and conciliating public demands*.

Na verdade a discussão teórica que subsidia todos estes artigos diz respeito às questões concernentes à globalização, descentralização e sustentabilidade. Em alguns desses artigos aprofundo mais os aspectos teóricos que orientam estas dimensões; em

outros exponho de forma detalhada os resultados empíricos levantados na pesquisa financiada pela FAPESP.

O fato é que as megacidades estão mudando de endereço neste século. Em 2015, segundo o Relatório “As Situações das Cidades do Mundo” (ONU, 1996), quatro das cinco maiores aglomerações urbanas do planeta estarão em países da periferia da globalização. As metrópoles desenvolvidas, superadas em população por centros como Lagos (Nigéria) e Dacca (Bangladesh), manterão seu poderio econômico por meio de uma rede de cidades globais, onde se concentram as sedes de multinacionais e, grande parte do dinheiro que gira pelo mundo. A urbanização acelerada dos países pobres fará a população das cidades superar a do campo pela primeira vez na história por volta de 2006. Na periferia da globalização, as metrópoles menos desenvolvidas concentrarão não apenas população, mas também miséria. Independente do tamanho ou localização as cidades tem enfrentado dois desafios comuns: a degradação ambiental e o aumento da tensão urbana provocada pela crescente desigualdade entre seus moradores.

Neste sentido, a urbanização acelerada e a concentração de problemas nos países pobres tornam ainda mais fundamental a melhoria da gestão local. A análise do processo de internalização de indicadores político-institucionais de sustentabilidade nas políticas públicas nas cidades brasileiras na verdade, se inspiraram em três ordens de preocupações que poderiam ser sintetizadas das seguintes formas. Em primeiro lugar, a necessidade de acompanhar, sistematizar e aprofundar o conhecimento sobre gestões locais inovadoras com potencial de multiplicação (dentro de uma perspectiva de exemplaridade); ainda, analisar o impacto da existência ou não de práticas participativas inovadoras na formulação, acompanhamento e controle de políticas ambientais locais; e

finalmente, diagnosticar o interesse de se estabelecer redes entre setores abertamente engajados na defesa da qualidade de vida, potencializando-se espaços de diálogo/interação e de disseminação de informação de políticas públicas.

Em alguns destes artigos tento ainda empreender uma discussão acerca da relação entre as dimensões citadas acima, globalização e sustentabilidade, e a questão das mudanças climáticas. Um dos problemas fundamentais em todo este processo e que tem recebido atenção dos estudiosos de cidades refere-se ao tráfego urbano e à crescente taxa de motorização individual de suas populações, tanto em países altamente industrializados quanto dos menos industrializados. As conseqüências dos problemas decorrentes da relação transporte e ambiente ocorrem em escala local, com as deseconomias resultantes dos congestionamentos (poluição e seus impactos sobre a saúde), em escala regional, com os conflitos econômicos resultantes das disputas entre estados e municípios pelas indústrias automobilísticas e em escala global com as emissões de poluentes contribuindo para o agravamento das mudanças climáticas globais. Em decorrência desta experiência de pesquisa acumulada coordenei junto com Pedro Jacobi (USP) a pesquisa “Políticas Públicas e Fortalecimento da Cidadania: experiências de buscas de sustentabilidade socioambiental no nível do poder local” no Programa Especial de Políticas Públicas da FAPESP. Esta pesquisa consolidou uma parceira institucional NEPAM/PROCAM que mantemos até hoje através de várias atividades acadêmicas.

Cabe citar ainda os seminários, congressos e palestras ministradas sobre o tema Cidades, Sustentabilidade e Políticas Públicas.

Em setembro de 1999 participei do Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS) realizado em Porto Alegre apresentando o trabalho “Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: um desafio para as cidades no século XXI”.

Neste mesmo ano no mês de setembro proferi palestra sobre o tema Cidades e Sustentabilidade no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Participei de interessante Workshop sobre Interdisciplinaridade e Ciências Ambientais em São José dos Campos no mês de dezembro de 1999, representando a área de “Mudanças Sociais: Questões em Ambiente e Tecnologia” do Doutorado em Ciências Sociais. No Núcleo de Estudos de População da Unicamp participei da Mesa Redonda sobre Processos de Urbanização e Recursos Hídricos expondo especialmente nossa experiência no Programa de Recuperação Ambiental da Bacia Billings.

Apresentei o trabalho “Sustainability and Cities in Brazil” no XXII International Congress of Latin American Studies Association realizado em Miami, Flórida no mês de março de 2000. No mesmo Congresso coordenei a Mesa redonda “Brazilian Environment and Environmental Movements”.

No Seminário Valorização Ambiental do Espaço Público promovido pela Secretaria do Verde da Prefeitura Municipal de Meio Ambiente de São Paulo proferi palestra sobre o tema *Gestão ambiental integrada* no dia 8 de junho de 2000.

Fui debatedora no Seminário Internacional “Perspectivas comparadas sobre População e Sustentabilidade” realizado no Núcleo de Estudos de População e Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp realizado em agosto de 2000.

Em agosto de 2000 no Rio de Janeiro foi realizado um Encontro Intermediário do Grupo Environment and Society da International Sociological Association (ISA) da qual

fazia parte do Comitê Científico Local. Apresentei neste Encontro o trabalho "*Political-institutional sustainability indicators: creating and conciliating public demands*". Este encontro foi especialmente interessante pois boa parte dos sociólogos ambientais estava presente e podemos mostrar um pouco o que temos feito no Brasil na área.

Em 28 de novembro de 2000 fui convidada para proferir palestra na Universidade Federal de São Carlos sobre o tema "Cidades e Sustentabilidade: uma discussão da perspectiva da sociologia ambiental".

Trabalho especialmente importante ocorreu em 11 e 12 de junho de 2001 aqui em Campinas, pois foi organizado o Simpósio junto à Academia Brasileira de Ciências e a Unicamp, *Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais*", onde apresentei o trabalho "Políticas Locais e Mudanças Ambientais Globais".

Neste momento de minha trajetória profissional e intelectual ocorre novamente o que chamamos de "turnning point". Na verdade, não deixei de ter interesse pela questão das Cidades, nem pelos estudos vinculados à área de Políticas Públicas, inclusive tenho pensado seriamente em desenvolver novas pesquisas na área, mas tenho nos últimos anos me inclinado fortemente aos aspectos mais teóricos da problemática ambiental no interior das ciências sociais, isso me levou a propor um novo projeto de pesquisa para a FAPESP e para o CNPq, intitulado "Uma Sociologia da Sociologia Ambiental Brasileira" que felizmente foi aprovado por estas agências e que na verdade inspira toda a proposta teórica contida neste memorial (principalmente na sua introdução), e irá daqui por diante nortear a minha trajetória intelectual no momento.

É interessante realmente faz diferença se ter quase 45 anos e ser "Livre Docente", ou seja, isto tudo não é "um rito de passagem". Não só os anos de divã pesam, mas a

“liberdade” e a “maturidade” nos permitem escolhas pessoais e intelectuais mais honestas conosco. Nessa altura do campeonato podemos tentar realizar nossos desejos mais profundos, sem culpa. Gosto de teoria, gosto de história das idéias, gosto de sociologia ambiental, sou “competente” no assunto, então vamos fazer algo neste rumo.... Nada mais agradável!

Desenvolvi esse projeto durante dois anos contando com o auxílio inestimável de 5 bolsistas de iniciação científica, Marília, Carolina, Fabiana, Ingrid e Henrique, duas delas estão hoje fazendo o mestrado comigo. Visitamos os principais centros de pesquisa e pós-graduação na área de Ciências Sociais, Sociologia e os Centros interdisciplinares onde estão sendo desenvolvidos os estudos sobre Ambiente e Sociedade, implementamos um ótimo banco de dados sobre: a produção intelectual nesta área no Brasil; dissertações e teses de doutoramento sobre o tema; entrevistas transcritas com os intelectuais mais importantes ligados à problemática. Podemos dizer que mapeamos o “estado da arte”. As viagens ao Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do País, foram realmente um privilégio tanto para mim quanto para os bolsistas que desenvolveram o trabalho com enorme responsabilidade.

Enfim, como produto desta pesquisa escrevi um livro que está no prelo na Editora DP&A, Rio de Janeiro, e que será publicado em março de 2004.

Organizei ainda um Número especial da Revista **Idéias**. Ano 8 (2) .2001, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas; intitulado *A Questão Ambiental e as Ciências Sociais*. Na verdade os artigos que compõem o dossiê representam bastante bem o “estado da arte”, tanto no âmbito internacional como no caso brasileiro.

Em primeiro lugar o texto de Frederick Buttel traça uma revisão da literatura internacional na área de sociologia ambiental para depois analisar criticamente a sociologia ambiental norte-americana. Em meu texto proponho em primeiro lugar, uma reconstituição e análise da sociologia ambiental internacional situada no contexto da sociologia contemporânea, discutindo tanto os aspectos teórico-metodológicos quanto os aspectos institucionais para compreender os obstáculos à legitimação e consolidação de uma problemática que até recentemente não era abordada pelas ciências sociais. Em segundo lugar analiso detalhadamente o caso brasileiro. Este trabalho complementa o “paper” publicado no número anterior de **Idéias** (Ano 7(2)/8 (1);2000/2001), no sentido de trabalhar mais detalhadamente os dados empíricos relativos à produção nacional.

O trabalho de Eduardo Viola e Héctor Leis é especialmente provocativo e aborda na primeira parte os aspectos conceituais referentes ao processo de globalização. Na segunda parte, discute a problemática da governabilidade global desde uma abordagem pós-utópica, que considera utópica a visão da governabilidade global presente em grande parte do movimento ambientalista contemporâneo. Na terceira parte aplica esta abordagem para a análise do regime de mudança climática e por fim analisa o posicionamento brasileiro no regime de mudança climática.

O texto de Lúcia da Costa Ferreira analisa alguns resultados da pesquisa “Floresta e Mar: usos e conflitos no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo”. O texto apresenta primeiramente uma discussão teórica que contextualiza o debate sobre a presença humana em áreas protegidas no Brasil e no mundo, além de esboçar uma discussão sobre as mudanças na dinâmica regional. Sob a perspectiva de uma crítica à

eleição do critério de tradicionalidade para sustentar o direito social dos moradores de áreas protegidas.

Daniel Hogan e Roberto Luís do Carmo fornecem um amplo painel do debate envolvendo sustentabilidade e distribuição populacional no que diz respeito ao processo de urbanização no Estado de São Paulo, especialmente no caso do município de Campinas.

Na Revista **Ambiente&Sociedade**, Ano V.n.10. 1* semestre de 2002, Campinas publiquei em inglês o paper *Brazilian Environmental Sociology: a provisional estimate*.

Por fim em conjunto com Lúcia da Costa Ferreira publicamos na Revista **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. n.54. 2* semestre de 2002. Anpocs.Edusc.; o paper *Águas revoltas: um balanço provisório da sociologia ambiental no Brasil*. Esse texto além das questões já trabalhadas nos textos citados acima faz uma breve discussão acerca da experiência institucional da Unicamp particularmente, mas não exclusivamente relatando a experiência do grupo de Campinas em torno do Núcleo de Pesquisas Ambientais/ Nepam.

Quanto à divulgação deste trabalho em junho de 2001 apresentei o trabalho *A Sociologia Ambiental no Brasil*, no Seminário Internacional: América Latina em Perspectiva, organizado pelo departamento de sociologia do IFCH da Unicamp. Coordenei a mesa intitulada *Sociologia e a questão ambiental na América Latina* neste Seminário.

Na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho/ UNESP junto ao departamento de geografia apresentei o trabalho *Cidades e Sustentabilidade: uma análise da*

perspectiva da sociologia ambiental no Workshop: Consumo Sustentável. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro.12 de julho de 2001.

No X Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia apresentei o trabalho *Uma sociologia da sociologia ambiental brasileira: algumas observações teóricas* no Grupo de Trabalho “Relações Sociais e Meio Ambiente. Fortaleza.3 a 6 de setembro.

Particpei da Conferência sobre Capital Social y Pobreza de 24 a 26 de setembro de 2001 em Santiago do Chile organizado pela CEPAL e Universidade de Michigan apresentando o trabalho *Cidades e Sustentabilidade : Criando e Acomodando Demandas Públicas*.

Na Associação Nacional de Pesquisa e Ciências Sociais/ ANPOCS organizei e coordenei a Mesa redonda *Novas perspectivas na Análise Social da Questão Ambiental* em outubro de 2001 em Caxambu, participaram da mesa Edna Castro, Lúcia da Costa Ferreira, Daniel Hogan, Eduardo Viola e Héctor Leis.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp em agosto de 2001 coordenei a Mesa Redonda: *Indicadores Sociais e Teoria Social no Seminário Metodologias e Técnicas na Construção da Teoria em Ciências Sociais*. IFCH. 27 e 28 de junho de 2001.

Também no IFCH da Unicamp apresentei o trabalho *Cidades, Sustentabilidade e Contemporaneidade* no Seminário Internacional “Cidade e Utopia”. Unicamp.2 e 3 de abril de 2002.

Na Universidade Federal do Paraná, no Doutorado em Meio Ambiente, proferi palestra sobre o tema *A Sociologia Ambiental no Brasil* no dia 20 de maio de 2002.

Particularmente interessante foi a minha participação no XV World Congress of Sociology realizado em Brisbane na Austrália, organizado pela International Sociology Association; além da viagem fantástica aquele país, apresentei o trabalho *intitulado Brazilian Environmental Sociology: A provisional estimate*, com grande interesse pelos colegas do GT.

Gostaria ainda de mencionar o I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) onde apresentei o trabalho “Sociologia Ambiental, Teoria Social e Produção Intelectual”, onde senti um pouco o parâmetro do impacto do trabalho no Brasil, realmente a receptividade foi das melhores, inclusive por que lá estavam presentes não só os intelectuais citados no trabalho mas também os coordenadores de Pós graduação do Programas analisados por nós.

Por fim quero citar a coordenação da Mesa redonda organizada por mim intitulada *Desenvolvimento Sustentável: um balanço de Johanesburgo*, onde participaram Roberto Guimarães (CEPAL), Carlos Joly (UNICAMP), Fábio Feldman (Fórum de mudanças climáticas) e André Aranha Correa de Lago (Itamaraty); promovida pelo NEPAM/ Instituto de Economia e Eco-Eco, no dia 5 de novembro de 2002.

Como o leitor pode verificar tenho não só nas minhas atividade didáticas mas também nas atividades de pesquisas venho alternando minhas reflexões em torno da problemática da Cidades e Sustentabilidade assim como uma reflexão sistemática sobre teoria social, sociologia ambiental e produção intelectual.

Acabo de enviar dois projetos complementares à FAPESP: um temático intitulado *A Questão ambiental, Interdisciplinaridade, teoria Social e produção intelectual na América Latina*, na verdade esse projeto visa em termos gerais, realizar uma

reconstituição e análise da internalização da problemática ambiental nas ciências sociais contemporâneas e nos estudos interdisciplinares sobre o tema ambiente e sociedade, discutindo tanto os aspectos teórico-metodológicos quanto os aspectos institucionais para compreender os obstáculos à legitimação e consolidação de uma problemática que, até recentemente, não era abordada pelas ciências sociais. Trata-se de um desdobramento das propostas anteriores, onde analisei especificamente o caso brasileiro. No momento propomos completar o estudo realizado até o presente momento (analisando alguns centros que não foram analisados detalhadamente) e expandir o estudo para o restante da América Latina. Parece-nos que a análise pormenorizada dos demais países latino-americanos justifica-se pela especificidade da internalização desta problemática nestes países.

Além disso, enviei um projeto individual também para FAPESP, intitulado *A Questão Ambiental: Exclusão Social, Amazônia, Políticas Públicas e a Produção Intelectual na América Latina*. Este projeto complementaria o temático, pois trata especialmente de temas essenciais para América Latina.

Gostaria agora de comentar algumas atividades acadêmicas que venho desenvolvendo nestes seis (6) anos e que são complementar às atividades descritas acima.

Em primeiro lugar gostaria de relatar que fui organizadora dos Seminários sobre Sustentabilidade e Sociedade, ocorridos junto ao Doutorado em Ciências Sociais na área de Mudanças Sociais: Questões em Ambiente e Sociedade, no ano de 1999; aliás, sou coordenadora desta área do Doutorado desde então.

Neste mesmo ano fui Assessora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/PNUD na realização do Projeto: Agenda de Desenvolvimento Sustentável para o XXI.

Em agosto de 2000 fui membro do comitê organizador do Seminário Internacional “Sociological reflections on Sustainability”, realizado junto a ISA ocorrido no Rio de Janeiro. Já em junho de 2001 fui também membro do comitê organizador do Seminário Internacional “América Latina em Perspectiva” promovido pelo Depto de Sociologia do IFCH da Unicamp. Neste mesmo mês e ano fui também membro do comitê organizador do seminário “Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais: perspectivas brasileiras”, organizado pela Academia Brasileira de Ciências e pela UNICAMP.

Sou coordenadora do GT “Relações Sociais e Meio Ambiente” da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) desde 2001. Sou também coordenadora do GT “Teoria e Ambiente” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS).

Em abril de 2002 fui organizadora do Seminário “Cidade e Utopia” junto ao Depto de Sociologia do IFCH da Unicamp.

Neste mesmo ano realizei junto a Secretaria do estado de Meio Ambiente de São Paulo e Instituto Florestal um trabalho bastante interessante intitulado “Indicadores de Sustentabilidade”, na verdade fiz uma discussão teórica sobre indicadores de sustentabilidade e analisei os projetos desenvolvidos no Instituto Florestal para verificar o nível de comprometimento com as diferentes dimensões da sustentabilidade destes projetos.

Ainda em 2002 fui Assessora do Fórum Nacional de Mudanças Climáticas junto ao Ministério de Meio Ambiente para realização do Projeto Rio +10 : Uma Década de Mudanças.

Por fim saliento ainda minhas atividades de assessoria junto ao Instituto de Estudos da Religião (ISER) no projeto “O que pensa o Brasileiro da Ecologia”. Cabe ressaltar que estas atividades de assessoria são muito importantes, pois na maior parte das vezes complementa minhas atividades acadêmicas fazendo –me ter um contato mais amplo com a realidade empírica.

Neste último semestre além de ter terminado o livro sobre Sociologia Ambiental e ter elaborado os dois projetos citados anteriormente, dediquei-me a um projeto coletivo bastante estimulante do ponto de vista intelectual e institucional que foi coordenar a proposta de formulação e implementação de um Doutorado em Ambiente e Sociedade na Unicamp.

Vive-se hoje um franco processo de disseminação de uma cultura da interdisciplinaridade. Existem inúmeros atores com confluência marcante neste processo. As universidades desempenham papel importante neste campo. No que diz respeito à problemática ambiental, o processo de transformação do conhecimento vinculado à construção de uma racionalidade ambiental e responsabilidade social pode construir na formação de novos saberes e novos profissionais com consciência crítica e capacidade para contribuir com eficácia na resolução de problemas socioambientais cada vez mais complexos, para os quais as disciplinas tradicionais tem tido dificuldade em oferecer resposta.

Na verdade, há elementos de uma cultura interdisciplinar que sofrem atualmente um franco processo de alargamento social (Lúcia, Ferreira, 2000). Isso se deve ao fato de que sua maior contribuição tem sido demonstrar o óbvio, que um olhar para ver a realidade feita de certezas, percebe agora que estas certezas são conflitantes entre si. Certezas relacionadas com a ciência, com a ética, ou com os sistemas sociais que hoje estão sendo desvendadas por um profundo senso de questionamento.

A Universidade Estadual de Campinas tem acumulado razoável experiência de pesquisa interdisciplinar e talvez já estejamos preparados para colocar em questão nossa tradicional segurança, aceitando sua frágil condição de testemunha ativa do fim da racionalidade que não mais se adapta a um mundo complexo, temporal e estável. Neste sentido, um doutorado interdisciplinar parece justificar-se por diversas razões.

Em primeiro lugar, se por um lado desde a década de 1970 a crise ambiental revelou em escala planetária as complexas relações entre biosfera e a tecnosfera numa espécie de “futuro comum”, por outro lado as abordagens, primeiro no campo da ciência e da tecnologia contemporânea, em seguida no campo das ciências humanas, começaram a considerar a necessidade de se tratar os problemas de modo integrado, isto é para além das disciplinas e das especialidades que caracterizam a ciência e a tecnologia modernas (Laymert Garcia, 2003). Em segundo lugar e, na mesma direção, um doutorado de caráter inovador, não deve partir de uma adição expressa na conjunção **E**, reunindo ambiente e sociedade, como se estivéssemos tratando de dois universos separados que concebiam um ou outro como uma “externalidade”. Apesar da sociedade política e institucional insistir em manter separados e justapostos esses universos que devem ser pensados juntos, o conhecimento socioambiental já produzido

permite ir além da questão dos impactos do progresso técnico sobre o ambiente natural e construído, para o enfrentamento de temas que levam as ciências biológicas a convergirem na busca de um pensamento operatório compartilhado e de uma linguagem transfronteira.

A necessidade de um doutorado de novo tipo se faz sentir em virtude da insatisfação que emerge em pesquisadores e docentes de diversos setores da Universidade com os paradigmas tradicionais, e que leva a apostar –se na busca de novos parâmetros para o entendimento de problemas novos. Que se pense, por exemplo, nas reflexões sobre a interação sobre as relações entre risco e incerteza na sociedade contemporânea, na exploração do substrato comum à informação genética e à informação digital, na tentativa de se conciliar preservação ambiental com desenvolvimento econômico, tal como vem sendo articulada no conceito de sustentabilidade, assim como, discussões teóricas acerca da interdisciplinaridade e uma revisão crítica do próprio processo de conhecimento da área.

Não se trata, portanto, de abrimos mão de nossas especificidades disciplinares, mas tentarmos analisar os diferentes objetos correlacionados ao problema ambiental de uma forma mais ampla.

Os estudos ambientais caracterizam-se por sua dimensão multidisciplinar, a quebra das fronteiras tradicionalmente estabelecidas nos departamentos e universidades. Este é para mim um aspecto altamente positivo no processo de renovação das ciências sociais e biológicas, por exemplo. Não há dúvida que o movimento de institucionalização do conhecimento durante o século XX caminhou muitas vezes para uma espécie de fordismo intelectual, como diz meu amigo, Renato

Ortiz, na qual as especificidades, as sub-divisões disciplinares e temáticas alimentada, sobretudo nos momentos de celebração ritual, nos grandes congressos acadêmicos, implicou na preponderância de um saber fragmentado em relação a uma visão mais “globalizadora”, “totalizadora”, dos fenômenos sociais.

Não se pode dizer que o processo de especialização tenha sido inteiramente negativo, de alguma maneira ele possibilitou a análise mais detalhada de “certos eventos”, mas permanece a impressão que a fragmentação existente pouco favorece o aprimoramento do conhecimento vinculando-se mais aos interesses dos grupos profissionais que disputam verbas de pesquisa e posições de autoridade no campo intelectual, como diz Bourdieu (1983). Entretanto penso que não se deve considerar a importância da multidisciplinaridade como algo idêntico ao “fim das fronteiras”. Ou cairemos na obviedade do senso comum que tem insistentemente alardeado, já no caso do século XX, o “fim” das ideologias, do espaço, do trabalho, da história (Ortiz, 2002). As fronteiras são necessárias para a existência de um saber autônomo, independente das injunções externas. A multidisciplinaridade não é, pois, um valor em si, mas um valor relacional (isto é, estabelece-se em relação às “verdades” disciplinares). Se os estudos ambientais propõem uma solução multidisciplinar não é menos certo de que outras alternativas podem ser exploradas, por exemplo, a transdisciplinaridade.

Neste sentido, os horizontes disciplinares surgem, não como um entrave a ser abolido, mas o ponto de partida para uma “viagem” entre saberes compartilhados. Pessoalmente não tenho nenhuma angústia identitária (apesar de ter outras!), mesmo em tempos de globalização, quando muitos estão assombrados pelo afã insensato em decifrar o “eu” maior. Como ecóloga e socióloga, preso este caminhar das ciências

naturais para o pensamento humanitário, portanto, tudo indica caso consigamos ultrapassar “os corporativismos” inevitáveis da burocracia universitária que coordenarei junto com colega do IB o Doutorado em Ambiente e Sociedade na Unicamp nos próximos dois anos.

Enfim acredito ter relato meu “caminhar” profissional que realmente acredito ser uma “viagem” intelectual. Muitas vezes questionei este processo (aliás como questiono tudo) mas olhando para trás e principalmente para frente penso em um trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade:

(.....) Mas as coisas findas, muito mas que lindas, estas ficarão.

Termino esta parte do memorial apresentando detalhadamente a seguir, os dados comentados até aqui.

DADOS PESSOAIS

NOME Leila da Costa Ferreira

ENDEREÇO Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

Departamento de Sociologia

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH

C.P. 6110

Campinas-SP-Brasil

13.081-970

fone: 55- 019- 3788-1576

fax: 55- 19- 3788-1612

e-mail: leila@ nepam.unicamp.br

DATA DE NASCIMENTO 01 de outubro de 1958

NACIONALIDADE Brasileira

FILIAÇÃO Fernando Sampaio da Costa Ferreira

Maria do Carmo Sampaio de Almeida Ferreira

C.I.C. 049.355.858-62/ RG. 10.590.906-SSP.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- 1997 Livre Docente em Sociologia Ambiental- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.
- 1996 Pós-Doutorado em Políticas Públicas e Meio Ambiente- University of Texas at Austin-LBJ Scholl of Public Affairs- Estados Unidos.
FAPESP.Processo: 94/06186-6
- 1992 Doutor em Ciências Sociais- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP.
Tese com o Título: "Estado e Ambiente: Novos Dilemas e Desafios (A Política Ambiental no Estado de São Paulo).
- 1986 Mestre em Sociologia- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP CNPp/FAPESP.
Dissertação intitulada "As Camadas Populares e a Doença- A esquistossomose mansônica no município de Rio Claro- SP."
- 1982 Bacharel em Ecologia- Instituto de Biociências- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP.

OUTROS CURSOS

- 1984 Especialização em Epidemiologia Social- Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. FUNDAP.
- 1990 Interregional Demographic Training and Reserch Programme in Population and Development Planning- Moscow State University- Moscou / Rússia.
Fellowship Service United Nations.

ATIVIDADE PROFISSIONAL

Experiência Docente

1988 em diante- Professor (RDIDP) de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia - Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP-Atividades docentes desenvolvidas no curso de Graduação e Pós Graduação (Mestrado e Doutorado) em Ciências Sociais. Área de especialização: Sociologia Ambiental.

Atividades de Direção/Coordenação Acadêmicas

1992-1993 Coordenadora, Curso de Graduação em Ciências Sociais

1993-1995 Chefe do Departamento de Sociologia

1996 em diante Coordenadora da área "Mudanças Sociais: Questões em Ambiente e Tecnologia " do Doutorado em Ciências Sociais- IFCH/UNICAMP.

1996-1998 - Coordenadora do Doutorado em Ciências Sociais- IFCH/UNICAMP.

1996-1999- Coordenadora Associada do Núcleo de Pesquisas Ambientais - NEPAM- UNICAMP

1998-2000- Coordenadora Geral da Pós Graduação do IFCH-UNICAMP

2002- Comissão Coordenadora do Núcleo de Pesquisas Ambientais/Nepam/Unicamp.

OUTRAS ATIVIDADES

2003 coordenadora do GT Relações Sociais e Meio Ambiente da Sociedade Brasileira de Sociologia.

2003 Membro do Comitê Organizador da XI Congresso anual da Sociedade Brasileira de Sociologia/SBS.

2003 em diante Assessor científico da Fundação Ford.

2003 em diante Representante suplente ms-5 no Conselho Universitário da Unicamp

2002 em diante Representante ms-5 na Congregação do IFHC da Unicamp

2002- Assessoria Instituto de Estudos da Religião- ISER- Projeto O que pensa o brasileiro da Ecologia.

2002- Assessoria Fórum Nacional de Mudanças Climáticas; Ministério de Meio Ambiente e ISER- Projeto : Rio+10 Brazil A decade of Change.

2002- Assessoria para Fundação Florestal- Secretaria do Estado de Meio Ambiente. Projeto Indicadores de Sustentabilidade.

2002- Organizadora do Seminário Internacional “Cidade e Utopia”. IFCH.Unicamp. 2 e 3 de abril.

2001- Coordenadora da Mesa Redonda Ciências Sociais e a Questão Ambiental- ANPOCS. Caxambu.

2001- Coordenadora do GT Relações Sociais e Meio Ambiente. X Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Fortaleza. 3 a 6 de setembro.

2001- membro do comitê organizador do Seminário “Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais: perspectivas brasileiras”. Campinas 11 e 12 de junho. Academia Brasileira de Ciências e Unicamp.

2001- membro do comitê organizador do Seminário Internacional “ América Latina em Perspectiva”. Campinas 18 a 21 de junho. Depto de Sociologia. Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp.

2000- membro do comitê organizador do Seminário Internacional "Sociological reflections on Sustainability"- Rio de Janeiro 1-3 de agosto. Internacional Sociological Association-ISA.

1999- Assessora do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente- PNUD- Nações Unidas no Projeto Agenda de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI

1999- Organizadora do Seminário Anual sobre estudos sobre Sustentabilidade e Sociedade- Universidade Estadual de Campinas- Doutorado em Ciências Sociais- Área: Mudanças Sociais: Questões em Ambiente e Tecnologia.

1998- Visiting Professor- Univesidade do Texas- Austin- novembro- Estados Unidos

1997 Coordenadora do Grupo de Trabalho "Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável" no XXI Congresso da ALAS- Associação Latinoamericana de Sociologia.São Paulo. 31 de agosto a 5 de setembro.

1995-1996 Visiting Scholar - Universidade do Texas- Austin-Estados Unidos.

1986-1990 Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População -NEPO- UNICAMP

1996 Membro da Comissão Organizadora do International Symposium on Sustainable Development/ Implications for the World Peace. LBJ School of Public Affairs. The University of Texas at Austin. EUA.1996.

1996 Organizadora do Painel "Public Policies and the Environment in Brazil". Institute of Latin American Studies. Brazil Center. The University of Texas at Austin. Austin. EUA.

1998 em diante Assesor Científico da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES.

1992 em diante Assessor Científico da Fundação de Amparo Científico do Estado de São Paulo- FAPESP.

1999 em diante Assessor Científico do Conselho Nacional de Pesquisa- CNPq

1993-1995 Coordenadora do Grupo de Trabalho " Ecologia e Sociedade " da ANPOCS.

1993-1995 Membro do Comitê de Redação da Revista IDÉIAS. IFCH/UNICAMP

1995 em diante Membro do Conselho Editorial da Revista Debates SocioAmbientais/ CEDEC.

1996 em diante Membro do Comitê Editorial da Revista Ambiente e Sociedade.

1995 Coordenadora do Seminário Internacional "A Sociologia no Horizonte do Século XXI".Depto de Sociologia/ IFCH/UNICAMP.

1992 –2000 representante Docente na Congregação do IFCH/UNICAMP.

PUBLICAÇÕES

TESES

"As Camadas Populares e a Doença: Um Estudo de Caso". Dissertação de Mestrado em Sociologia. IFCH.UNICAMP.1986. (174pg).

"Estado e Ecologia: Novos Dilemas e Desafios (A Política Ambiental no Estado de São Paulo) ". Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP.1992. (285p.).

LIVROS

Sociologia Ambiental, Teoria Social e Produção Intelectual. Ed. DPA. Rio de Janeiro. (no prelo).

Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. Ferreira, L.C. e Viola, E. (org.). Ed. UNICAMP. Campinas.1996. (331pg). 2000. Segunda Edição.

A Sociologia no Limiar do Século XXI. Ferreira,L.C.(org.). Ed.Boitempo. São Paulo.1997. (140p.). 2002. Segunda Edição.

A Questão Ambiental. Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil. Ferreira,L.C. Ed. Boitempo.São Paulo.1998. 2003 (segunda edição). (155pg)

ARTIGOS EM LIVROS

Apresentação do livro **Movimento Ambientalista e Modernidade: sociabilidade, risco e moral** de Sérgio Tavolaro. Anablume. São Paulo.2001.

Local Policies and Global Environmental Changes. In: Tomasquin, M e Hogan, D (ed). **Human Dimensions of Global Environmental Change**. Academia Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro.2001. (101-120 pg).

Political-institucional Sustainability Indicators: Creating and Conciliating Public Demands. In: Roberts, T; Viola, E; Buttel, F. (eds). **Sustainability and Unsustainability on the Road from Rio**. (aceito para publicação). 2000.

Sustentabilidade no poder local no Brasil. In: Paula, J. (org.) **Agenda de Desenvolvimento Humano Sustentável para o Brasil do Século XXI**. Instituto de Política/ PNUD. Brasília. 2000. (pg. 203-221).

Sustentabilidad e Perspectiva Ecosocial. In: Araya Dujisin, R (org). **Una mirada regional a la relación Comercio internacional y medio ambiente**. Flacso. Nueva serie. Santiago. 2000. (pg 41-50).

Ambiente e Políticas Públicas: em direção a uma nova agenda.In: Pignatti, M e Martins, D..**Saúde e Ambiente na Região Amazônica**. Ed. UFMT.Cuibá. 1999. (pg 89-120).

La búsqueda de alternativas de sustentabilidad en el poder local. In:**Ciudades Latinoamericanas.Modernización e Pobreza**.Universidad Autonoma México PUEC.Cidade do México.1999.(pg113-134).

A Sociologia no Limiar do Século XXI.(Introdução). In: A **Sociologia no Limiar do Século XXI**. Ed. Boitempo. São Paulo.1997 e 2002.(pg7- 14).

A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local.In: **Incertezas de Sustentabilidade na Globalização**. Ferreira, L.C. e Viola,E.(org). Ed. UNICAMP. Campinas.1996 e 2000..(pg133-160).

Sustentabilidade no Poder Local: Exemplo Significativo. In: **A Questão Ambiental: Cenários de Pesquisa**. NEPAM.UNICAMP.Campinas.1995.(pg.225-251).

A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local.In: **III Fórum de Educação Ambiental**. Sorrentino,M.;Trajber,R.e Braga,T.(org).Ed.GAIA.São Paulo.1995.(pg.131-136).

Meio Ambiente e a Revisão Constitucional. In: **A Revisão da República**. Rizzo de Oliveira (org).Ed.UNICAMP.Campinas.1995. (pg.375-385).

A Política Ambiental no Brasil. In: **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Verdades e Contradições**. Martine,G.(org).Ed.UNICAMP.Campinas.1993.(pg.171-182).

Os Atores e as Instituições na Definição da Política Ambiental no Estado de São Paulo. In: **Ambiente e Sociedade:Possibilidades e Perspectivas de Pesquisa**. NEPAM.UNICAMP.Campinas.1993.(pg.11-36).

Limites Ecológicos: Novos Dilemas e Desafios para o Estado e a Sociedade.(em conjunto com Lúcia da Costa Ferreira)In: **Dilemas SocioAmbientais e Desenvolvimento Sustentável**. Hogan,D.e Vieira,P.(org). Ed.UNICAMP.Campinas.1992.(pg.13-35).

ARTIGOS EM REVISTAS

Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil. Em co-autoria com Ferreira, Lúcia C. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. N. 54. 2º semestre de 2002. pg.83-100.ISSN1516-8085. EDUSC.ANPOCS. São Paulo.

Brazilian Environmental Sociology: a provisional estimate. **Ambiente&Sociedade**. Ano V.n.10. 1 semestre de 2002. ISSN1414-75x, pg 27-43. CNPq.Unicamp.Nepam.Campinas.

Sociologia Ambiental, teoria social e a produção intelectual no Brasil. **Idéias**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp.Ano 8 (2). 2001/2002. ((pg 39-70).

Sociología Ambiental: um balanço provisório. **Ideáis**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Ano 7 (2)/8 (1). Pg 101-118. 2001/2002.

Políticas Locais e Mudanças Ambientais Globais. **Ambiente & Educação. Revista de Educação Ambiental da FURG**. Vol.5/6. Editora da Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul . 2000/2001. (pg39-45)

Indicadores Político-Intitucionais de Sustentabilidade: Criando e Acomodando Demandas Públicas.**Ambiente e Sociedade**. Ano III. 1º e 2º semestre.2001. (15-31pg).

As Cidades e a Sustentabilidade. **Debates SocioAmbientais**.Ano IV.n.11.1999. (pg.6).

Sustentabilidade e Democracia no Poder Local. **Ambiente e Sociedade**. Anol-1.2ºsemstre de 1997.Campinas.1997.(pg63-79).

Cidades e Ambiente: Rumo a uma Nova Agenda. **São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade**.vol.10.n.3. São Paulo.1996.(pg.60-70).

O Ambientalismo após a ECO-92.**IDÉIAS**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.janeiro/junho.Ano 2, n.1.Campinas.1995.(pg.49-58).

Desenvolvimento, Meio Ambiente e Políticas Públicas.**Opinião Pública**. Publicação do CESOP.Ano I.Dezembro 93.vol.1,n.2.Campinas.1993.(pg.92-97).

A Política Ambiental no Brasil. In: Mulher e Meio Ambiente. **Revista do CEDI**. Edição Especial.dezembro.São Paulo.1992. (pg.15-20).

Estado e Ambiente:Novos Dilemas e Desafios.**Revista Brasileira de Estudos de População**. Notas de Pesquisa.vol.8.n.112. São Paulo.1992.

ARTIGOS EM ANAIS E CADERNOS

Teoria Social, Sociologia Ambiental e Produção Intelectual. I Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade. www.anppas.br. 2002. Campinas. Novembro de 2002.

Brazilian Environmental Sociology. International Sociological Association. XV World Congress. www.sociology 2002. Brisbane.julho de 2002.

Sustentabilidade e Democracia no Poder Local.Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. vol.2.ABEP/CNPq.Caxambu.1996.(pg.1227-1251).

Environmental Policy in Brazil: A Recent History.Public Policy and Environment in Brazil.Brazil Week. Institute of Latin American Studies. Brazil Center. Austin.1996.(pg.1-10).

A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local.América Latina y Caribe: Perspectivas de su Reconstrucción.Tomo.II.Congresso da Associação Latinoamericanade Sociologia. Ciudad de México.(resumo).

Universidade e Espaço Público.Aula Inaugural.Cadernos IFCH.Campinas.1994.(pg.29-4).

A Busca de Alternativas de Sustentabilidade nos Novos Padrões de Urbanização. Anais do IX Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos Populacionais. ABEP/CNPq.Caxambu.vol.2.1994.(pg.159-183).

Estado e Ecologia:Novos Dilemas e Desafios.Anais do VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos Populacionais.vol.3.ABEP/CNPq.Brasília.1992.(pg.27-40).

Os Ecos da Eco-92.Sociedade Civil Planetária.Discussões dos Tratadosdo Fórum Global.Textos NEPAM.n.3.Campins.1992.(pg.29-25).

Comentários críticos sobre o Relatório Brasileiro "Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional". Eco-92. O Brasil na CNUMAD. Textos NEPAM. Edição Especial.Campinas.1992.(pg.1-14).

População e a Política Ambiental no Brasil.Anais do VII Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos Populacionais.ABEP/CNPq.vol.3.Caxambu.1990.(pg.321-348).

Estado e Ambiente. Cadernos IFCH. n.10.Campinas.1990.(pg.1-50).

Resenha do livro "Cultura e Modernidade" de Renato Ortiz. IDÉIAS. ano 1.n.2.IFCH.UNICAMP.Campinas.1994.

CONFERÊNCIAS E PARTICIPAÇÕES EM CONGRESSOS

Seminário Nepam/Unicamp. O Doutorado em Ambiente e Sociedade na Unicamp. 14 de agosto de 2003.

Coordenação da mesa redonda “Desenvolvimento sustentável: um balanço de Johannesburgo”. Nepam/ Instituto de Economia/Eco-eco. 5 de novembro de 2002.

I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Coordenação do Grupo de Trabalho “Teoria e Meio Ambiente” e Apresentação do trabalho “Sociologia Ambiental, teoria social e produção intelectual”. 6-9 de novembro. Campinas. 2002.

XV World Congress of Sociology. ISA. Apresentação do trabalho “Brazilian Environmental Sociology: A Provisional Estimate” . 7-13 de julho de 2002. Brisbane. Austrália.

Universidade Federal do Paraná. Doutorado em Meio Ambiente. Palestra sobre o tema “A Sociologia Ambiental no Brasil”. 20 de maio de 2002.

IFCH. Apresentação do trabalho “Cidades, Sustentabilidade e Contemporaneidade”. Seminário Internacional “Cidade e Utopia”. IFCH. Unicamp. 2e3 de abril de 2002.

IFCH. Coordenadora da mesa Redonda “Indicadores Sociais e Teoria Social”. Seminário “Metodologias e Técnicas na Construção de Teoria em Ciências Sociais”. IFCH. 27 e 28 de agosto de 2001.

ANPOCS. Coordenadora da Mesa Redonda “Novas Perspectivas na Análise Social do meio Ambiente”. Outubro de 2001. Caxambu.

CEPAL/ Universidad Del Estado de Michigan. Apresentação do trabalho “Cidades e Sustentabilidade: Criando e Acomodando Demandas Públicas” na Conferência sobre Capital Social y Pobreza. 24 a 26 de setembro de 2001. Santiago. Chile.

Sociedade Brasileira de Sociologia. Apresentação do trabalho “Uma Sociologia da Sociologia Ambiental Brasileira: algumas observações teóricas”. GT “Relações Sociais e Meio Ambiente”. 3 a 6 de setembro de 2001. Fortaleza.

Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”-UNESP. Apresentação do trabalho “Cidades e Sustentabilidade: uma análise da perspectiva da sociologia ambiental” no Workshop: Consumo Sustentável. Depto de Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 12 de julho de 2001.

Universidade Estadual de Campinas. Palestra sobre o tema a Sociologia Ambiental no Brasil. Seminário Internacional: América Latina em Perspectiva. Campinas. 21 de junho de 2001.

Universidade Estadual de Campinas. Coordenação da Mesa Redonda Sociologia e a questão Ambiental na América Latina. Seminário Internacional: América Latina em Perspectiva. Campinas. 21 de junho de 2001.

Academia Brasileira de Ciências. Apresentação do trabalho “Políticas Locais e Mudanças Ambientais Globais”. Seminário “Dimensões Humanas de Mudanças Ambientais Globais: perspectivas brasileiras”. Campinas. 11 e 12 de junho de 2001. Universidade Federal de São Carlos. Palestra sobre o tema “Cidades e Sustentabilidade: uma discussão da perspectiva da sociologia ambiental. 28 de novembro. São Carlos. 2000

International Sociological Association. ISA. Apresentação do trabalho "Political-institutional Sustainability Indicators: Creating and Conciliating Public Demands". Rio de Janeiro. Agosto.2000.

Debatedora do Seminário Internacional Perspectivas Comparadas sobre População e Sustentabilidade Rural. Doutorado em Ciências Sociais e Demografia. NEPO e NEPAM. Campinas. Agosto. 2000.

Seminário Valorização Ambiental do Espaço Público. Palestra sobre o tema Gestão Ambiental Integrada. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Prefeitura Municipal de São Paulo. MASP. São Paulo. 8 de junho de 2000.

Latin American Studies Association. XXII International Congress. Coordenação da mesa redonda Brazilian Environment and Environmental Movements e apresentação do trabalho Sustainability and Cities in Brazil, no dia 18 de março de 2000. Miami. Flórida. EUA.

NEPO- UNICAMP. Participação na Mesa Redonda Processos de Urbanização e Recursos Hídricos. UNICAMP. Campinas. 17 de fevereiro de 2000.

MCT-PADCT. Workshop sobre Interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. São José dos Campos. 02 e 03 de dezembro. 1999. Representando a área de Ambiente, Tecnologia e Sociedade- Doutorado em Ciências Sociais- IFCH. Unicamp.

ANPOCS. Participação no Encontro Anual. 1999. Representando o Programa de Pós Graduação do IFCH- Unicamp.

Palestra sobre o tema: Cidades e Sustentabilidade. IFCH. UNICAMP. Setembro de 1999.

Congresso Brasileiro de Sociologia-SBS- Apresentação de trabalho intitulado: Indicadores político-Institucionais de Sustentabilidade: Um desafio para as Cidades no Século XXI. Setembro de 1999.

The University of Texas. Institute of Latin American Studies. Palestra sobre o tema Democracy and Sustainability in Brazil. Novembro. Austin. 1998.

The University of Texas. LBJ Scholl of Public Affairs. Palestra sobre o tema The Environmental Studies in Brazil. Novembro. 1998. Austin.

Latin American Studies Association. Apresentação do trabalho Sustainability and Democracy at the Local Level of Government. Chicago. 23-26 de setembro de 1998.

ANPOCS. Participação na mesa redonda intitulada A Sustentabilidade e as Ciências Sociais. outubro. 1998.

UNICAMP.Participação na Mesa Redonda para o Lançamento da Revista Ambiente e Sociedade.Campinas.1 de outubro de 1997.

XXI Congresso da ALAS.Associação Latinoamericana de Sociologia.Apresentação do trabalho "Políticas Ambientais : Criando e Acomodando Demandas Públicas.3 de setembro.São Paulo.1997.

USP/CRHEA.Palestra sobre o tema "Política e Meio Ambiente".São Carlos.26 de agosto.1997.

Instituto ECOAR para Cidadania.Palestra sobre o tema "As Políticas Ambientais no Brasil." São Paulo.agosto.1997.

UFMT.Instituto de Saúde Coletiva/UNESCO."I Simpósio sobre Saúde e Ambiente na Região Amazônica". Palestra sobre o tema "O Ambiente e as Políticas Públicas. Cuiabá. Novembro de 1996.

Workshop "Meio Ambiente e Política Eco-Industrial". Fórum Brasileiro das ONGS.CUT.Comissão Nacional de Meio Ambiente.Campinas.novembro.1996.

ANPOCS.Apresentação do trabalho "Ambiente e Cidades:Rumo a uma Nova Agenda." no GT Ecologia e Sociedade. outubro.1996.

UNICAMP. Núcleo de Pesquisas Ambientais/NEPAM. Mesa Redonda "Políticas Públicas e Meio Ambiente no Brasil".Palestra sobre o tema "Democracia e Sustentabilidade no Poder Local". 22 de agosto de 1996.Campinas.

The University of Texas at Austin. Institute of Latin American Studies. "Brazil Week: Public Policies and the Environment in Brazil". Palestra sobre o tema " Environmental Policy in Brazil:Recente History ".17 de abril.Austin.Estados Unidos.1996.

The University of Texas at Austin. Institute of Latin American Studies. "Brazil Week : Symposium of Brazilian Researchers : Who, What, and Whay at UT-Austin". Apresentação do trabalho "Democracia e Sustentabilidade no Poder Local".16 de abril.Austin.Estados Unidos.1996.

The University of Texas at Austin. LBJ School of Public Affairs. Participação no Seminário "Decentralization in Brazil: Implications for Social Policy". 4 a 5 de abril de 1996. Austin. Estados Unidos.

The University of Texas at Austin. LBJ School of Public Affairs. Participação no "Internacional Symposium on Sustainable Development- Implications for World Peace." 28 a 29 de março de 1996. Austin . Estados Unidos.

The University of Texas at Austin. Participação no Simpósio "Sustainable Development in Latin American- Rainforests and the Role of Law". 29 de fevereiro a 01 de março de 1996. Austin. Estados Unidos.

XX Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia - "América Latina y Caribe- Perspectivas de su Reconstrucion". Apresentação do trabalho " A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local ". 2 a 6 de outubro de 1995. Cidade do México. México.

Universidade Estadual de Campinas. Seminário "A Sociologia no Limiar do Século XXI". Coordenação da Mesa: As Utopias no Limiar do Século XXI. 3 a 5 de maio de 1994. Campinas.

Sindicato dos Sociólogos e Universidade Estadual de São Paulo. Palestra sobre o tema " As Ciências Sociais do Ambiente no Brasil. novembro de 1994. São Paulo.

ANPOCS- Apresentação do trabalho no GT Ecologia e Sociedade "A Busca de Alternativas de Sustentabilidade no Poder Local". novembro de 1994. Caxambu.

ABEP- XIX Encontro Nacional da Associação de Estudos Populacionais. Apresentação do trabalho "A Busca de Alternativas de Sustentabilidade nos Novos Padrões de Urbanização". novembro de 1994. Caxambu.

Instituto ECOAR para Cidadania e Grupo Inter-institucional de Educação Ambiental. III Fórum de Educação Ambiental. Palestra sobre o tema: Sustentabilidade no Poder Local na Mesa Redonda "Políticas Públicas e Meio Ambiente". agosto de 1994. São Paulo.

Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Educação. Palestra sobre o tema Globalização e Meio Ambiente . agosto de 1994. São Carlos.

Universidade Estadual de São Paulo e Comissão de Cooperação Internacional (CIEE). Aula para professores norte americanos visitantes sobre o tema "Protecting the Environment :Politics and Policy in Brazil". setembro de 1994. São Paulo.

DIREÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISAS

A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção intelectual na América Latina. Projeto Temático encaminhado à FAPESP. Maio de 2003.

A Questão Ambiental: Exclusão Social, Amazônia, Políticas Públicas e Produção Intelectual na América Latina. Projeto Individual encaminhado à FAPESP. Maio de 2003.

Uma Sociologia da Sociologia Ambiental Brasileira. FAPESP/CNPq. 2002.

Políticas Públicas e Fortalecimento da Cidadania: Experiências de Buscas de Sustentabilidade Socioambiental no nível do poder local. Coordenadora junto com Pedro Jacobi(USP). FAPESP. Programa Especial de Políticas Públicas. 1999.

A Internalização da Proteção Ambiental nas Políticas Municipais no Sul e Sudeste do Brasil (Avaliação Comparativa de oito cidades no período de 1989-1996).Coordenadora.Processo 96/8387-4- FAPESP./ CNPq. 1999.

Programa de Recuperação Ambiental na Bacia da Billings. Núcleo de Pesquisas Ambientais e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Cetesb.Coordenadora.1999.

A Internalização da Proteção Ambiental nas Políticas Municipais do Estado de São Paulo.Programa de Aperfeiçoamento científico no exterior, no nível de Pós-Doutoramento junto a Universidade do Texas- EUA. FAPESP.Processo 94/6186-6.1996.

Desenvolvimento Sustentável nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari. Membro da Equipe Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisas Ambientais-NEPAM.FAPESP.(1997).

Análise das Políticas Ambientais Municipais no Estado de São Paulo.FAEP.Processo 041/93.1994.

Avaliação do Programa Nacional de Meio Ambiente. Pesquisadora da Equipe do Núcleo de Pesquisas Ambientais. UNICAMP. Projeto encomendado pelo PNUD/IBAMA. 1995.

Estado e Ambiente. A Política Ambiental no Estado de São Paulo. Tesede Doutorado. IFCH. UNICAMP. FAPESP/ ABEP/ CNPq /ANPOCS. 1992.

Diferenciais de Mortalidade Infantil e a Política de Saúde. (Um Estudo para o Estado de São Paulo). Ministério da Saúde. Coordenação da pesquisa junto com Elza Berquó. NEPO. UNICAMP. 1989.

ATIVIDADES DIDÁTICAS

Aulas no curso de especialização em Saúde Pública sobre o tema : Sustentabilidade, Legislação, Políticas Ambientais e Saúde, na Faculdade de Ciências Médicas. 1999. UNICAMP.

Aulas no curso de especialização em Análise dos Recursos Naturais, sobre o tema : Sustentabilidade e Políticas Públicas. IFCH e NEPAM. 1999. UNICAMP.

Sustentabilidade e Políticas Ambientais. (Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais-IFCH-UNICAMP). 1* semestre de 1999 e 2000.

Seminário de Tese de Doutorado- Mudanças Sociais: Questões em Ambiente e Tecnologia. Doutorado em Ciências Sociais. 2* semestre de 1998. 2* semestre de 2000. 2* de 2001. 1* semestre de 2003.

A Perspectiva Ambiental na Política Contemporânea. (Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP). 1* semestre de 1997. 1* semestre de 1998.

Meio Ambiente e Desenvolvimento: A Ação Governamental. (Mestrado em Sociologia e Doutorado em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP). 2* semestre de 1993. 2* semestre de 1994.

Sociologia Ambiental. (Graduação em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP). 1* semestre de 1990. 1* semestre de 1992. 1* semestre de 2001. 2* semestre de 2002. 1* semestre de 2003.

Métodos e Técnicas de Pesquisa. (Graduação em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP). 2* semestre de 1990. 2* semestre de 1992.

Pensamento Social no Brasil. (Graduação em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP). 1* semestre de 1994. 1* semestre de 1995.

Sociologia I. (Sociologia de Marx e Weber) (Graduação em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP). 1* semestre de 1989.

Sociologia III. (Sociologia de Weber) (Graduação em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP). 2* semestre de 1989.

Sociologia Contemporânea. (Graduação em Ciências Sociais. IFCH-UNICAMP). (noturno). 2* semestre de 1996. 2* semestre de 1997. 2* semestre de 1998 (noturno). 2* semestre de 1999. 2* semestre de 2000 (noturno).

Sociologia Ambiental. (Doutorado em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia. IFCH. Unicamp). 2* semestre de 2001.

Formação da Sociedade Brasileira. 1* semestre de 2002.

ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Orientação de 4 bolsistas de iniciação científica no Projeto "Estado e Ambiente no Estado de São Paulo." FAPESP.1990.

André Valente. Ecologia Política- uma análise das teorias ecologistas sobre o Estado. 1990. FAPESP.

Roberto Luiz do Carmo. Análise do Conceito de Qualidade de Vida. (Prêmio de melhor monografia do Curso de Graduação em Ciências Sociais).1992.

Ana Paula Fracalanza. Análise do Programa de Despoluição do Rio Tiête em São Paulo.(Prêmio da Gazeta Mercantil-Melhor projeto na área de meio ambiente).1992.

Rodrigo Perone. Análise da Política Municipal de Meio Ambiente em Santos. PIBIC-CNPq. 1993.

Sérgio Barreira de Faria Tavoraro. Estudo do Conceito de Desenvolvimento Sustentável.FAPESP.1993.

Fábio Augusto Sampaio. Análise da Política Municipal de Meio Ambiente em pequenas cidades do Estado de São Paulo.PIBIC-CNPq.1994.

Ricardo Taccioli .Análise da Política Municipal Ambiental das cidades de Porto Alegre e Curitiba.FAPESP.1998.

Leandro de Assis.Análise da Política Municipal Ambiental das cidades de Belo Horizonte e Uberlândia.FAPESP.1998.

Flávia Antunes.Análise da Política Municipal Ambiental das cidades de Vitória e Joinville.FAPESP.1998.

Tatiana Gomes.Análise da Política Ambiental das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.FAPESP.1998.

Marília O´Tavianno Giesbrecht. Análise histórica da sociologia ambiental brasileira. FAPESP.2002.

Ingrid Lenk. Análise político institucional e teórico metodológica da sociologia ambiental. FAPESP. 2002.

Henrique Lelo. Alguns aspectos institucionais da sociologia ambiental brasileira. FAPESP. 2002.

Carolina Bagnolo. Análise da questão de Risco, Estado e Políticas públicas na produção de sociologia ambiental brasileira. FAPESP. 2002.

Fabiana Barbi. Análise da questão dos movimentos sociais e a problemática ambiental na produção da sociologia ambiental brasileira. FAPESP. 2002.

Thiago Righi. A Questão Ambiental na ANPPAS e ALAS. CNPQ. PI/BIC. (em andamento)

Alcino Vilela. A Questão Ambiental na CLACSO. PI/BIC. (em andamento)

Francisco Antunes Caminati. A Questão Ambiental na ANPOCS, PI/BIC (em andamento)

MESTRADO

Thales Haddad de Andrade. Os Meios de Comunicação e a Questão Ambiental. 1994.

Simone de Oliveira Siviero. A Política Ambiental e o Poder Local: O Caso do Município de Campinas.1995.

Roberto Luiz do Carmo. População, Meio Ambiente e Qualidade de Vida em Campinas(1970-1991).1995.

Luciana Bernardo Miotto. A Política Ambiental em São José do Rio Preto/SP. 1995.

Ana Paula Fracalanza. Programa de Despoluição do Rio Tietê. Uma Análise de Concepções Tratamento de Recursos Hídricos e de Participação de Diferentes Atores.1996.

Lígia Brochado de Aguiar. A Sociedade e a Natureza: A Práxis da Transformação Tecnológica.1997.

Sérgio Barreira Tavolaro. O projeto da Modernidade e a Sociedade Civil Falante.1998.

Adilson de Oliveira. Cidades e Globalização (O caso de Londrina-Pr). Outubro 2001.

Paulo de Tarso Venceslau. A Transposição da águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para a Vertente Oceânica. 2002.

Marcio Augusto de Carvalho. Sociabilidade e Escassez. (FAPESP). 2002.

Tatiana Rotandaro. Riscos Ambientais: Realidade Virtual ou Virtualidade real?(FAPESP). 2002.

Ricardo Ojima. Instituições Políticas e Mudança Ambiental: os Novos Arranjos Insitucionais na Gestão dos Recursos Hídricos e suas Interfaces Políticas. Dissertação de Mestrado. 2003.

Ana Carolina Aguirre Borges da Silva. Análise da Produção Intelectual sobre o movimento ambientalista e as Conferências Oficiais de Meio Ambiente. (em andamento)

Carolina Bagnolo. Qualidade de vida e Risco: Análise da Produção Intelectual (em andamento)

Marília O`Tavianno Giesbreschet. Interdisciplinaridade e a questão ambiental: análise dos cursos de Pós Graduação (em andamento)

DOUTORADO.

Paulo Velho. Análise de Controvérsia sobre a Lei de Proteção de Cultivares no Brasil. 1995.

Thales Haddad. A Televisão Brasileira e a Questão Ambiental. 1998.

Simone de Oliveira Siviero. O cotidiano e a ação dos atores locais no Vale do Ribeira. 2002.

Phillipe Pomier Layargues. A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental. 2003.

Márcia Lúcia Guilherme. A sustentabilidade sob a ótica do global e do local em Projetos de Execução Descentralizada. 2003.

Alberto Luiz Teixeira da Silva. A Amazônia na Governança Global: O caso do PPG-7. 2003.

Julian Garcia Alves de Almeida. A Construção Social da Gestão Ambiental dos Recursos Minerais. 2003.

Vicente Rosa Alves. Organizações não-governamentais e governos locais. Parceiros para o desenvolvimento sustentável. (em andamento)

Benilson Borelli. Política Ambiental em Santa Catarina nos anos 90: metamorfoses no acervo institucional do meio ambiente. (em andamento)

Carlos Potiara de Castro. A Amazônia na América Latina: análise da produção intelectual. (em andamento)

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS

2003. Membro da banca examinadora da Tese de Doutorado, intitulada “Percepções ambientais: uma análise de preocupações e atitudes no contexto atual”, de Luiz Fernando Ferraz Amstalden. Doutorado em Ciências Sociais. IFCH. Unicamp.

2003. Membro da banca examinadora da Tese de Doutorado, intitulada “Ambiente e Produção Agrícola: principais paradigmas” de Richard Domingues Dulle. Doutorado em Ciências Sociais. IFCH. Unicamp.

2002. Membro da Banca examinadora da Tese de Doutorado intitulada “O ambientalismo no Estado de Mato Grosso: ONGs Ambientais na conformação da política Ambiental na Década de 90”. Faculdade de Ciências Médicas. Comissão de Pós Graduação em Saúde Coletiva. UNICAMP.

2002. Membro da banca examinadora da dissertação de mestrado em Sociologia, intitulada “Modernidade: a contribuição de Anthony Giddens ao debate contemporâneo” de Luciana Moreira Martins Vieira. Mestrado em Sociologia. IFCH. Unicamp.

2002. Membro da banca examinadora da tese de doutorado em Ciências Sociais, intitulada “Tempos em crise- a base temporal das contradições da modernidade” de Andri Stahel no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH-Unicamp.

2002. Membro da banca examinadora da tese de doutorado em Educação de Sandra Maria Faleiros Lima sob o título “ ONGs- Uma investigação sobre sua natureza”. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 29 de julho de 2002.

2002. Membro da banca examinadora da tese de doutorado em Sociologia de Valério Igor Príncipe Victorino sob o título “Luz e Poder na dramática conquista do meio natural. A privatização dos rios paulistanos e a reflexividade sócio-ambiental” Universidade de São Paulo-USP. 16 de abril de 2002.

2001- Membro da banca examinadora da Tese de doutorado em Geografia de Marisa Frischenbruder sob o título “Gestão Municipal e Conservação da Natureza: a bacia hidrográfica do ribeirão das Anhumas- Campinas/SP. Universidade de São Paulo. USP. 30 de agosto de 2001.

2001- Membro da banca examinadora da dissertação de mestrado de Ricardo Carneiro Novaes sob o título “Desenvolvimento Sustentável na escala Local: A Agenda 21 local como estratégia para construção da Sustentabilidade”. IFCH. UNICAMP. 13 de junho de 2001.

2001- Membro da banca examinadora da Tese de doutoramento de Dulce Maria Filguerria de Almeida Suassuna sob o título “O Projeto Tamar e sua intervenção em comunidades de pescadores”. Depto de Sociologia- Universidade de Brasília- UNB. 18 de maio de 2001.

2001-Membro da banca examinadora da Tese de doutoramento de Reinaldo Dias sob o título “ A política ambiental no Mercosul (1991-1999)”. IFCH. UNICAMP. 22 de fevereiro de 2001.

2000- Membro da Banca examinadora da dissertação de Mestrado de Laura Valente de Macedo. PROCAM. USP. 12 de dezembro de 2000.

2000-Membro da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Maristela Bezerra Bernardo sob o título Do Monopólio dos Sonhos aos Descaminhos da Política- Ambientalismo e Espaço Público, no Programa de Doutorado de Sociologia da Universidade de Brasília- UNB, em 28 de fevereiro.

2000- Membro da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais sob o título Análise dos impactos socioambientais do processo de modernização agrícola das áreas de influência dos reservatórios de Barra Bonita e Jurumirim, no Programa de pós graduação em ciências sociais da Universidade Federal de São Carlos-UFCars, em 14 de fevereiro.

1999-Membro da Banca Examinadora da tese de Doutorado de Eleusis Ranconi Nazareno sob o título ‘Condições de Vida e Saúde Infantil :

Heterogeneidades Urbanas e Desigualdades Sociais em Paranaguá, no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, em 8 de outubro de 1999.

1999-Membro da Banca Examinadora da tese de Doutorado de Maria Arlete Rosa, intitulada 'Curitiba: um estudo sobre educação e sustentabilidade', na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 23 de abril de 1999.

1999-Membro da Banca de Dissertação de Mestrado de Áurea Ianni, junto ao Programa de Pós graduação em Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo, em 26 de abril de 1999.

1999- Membro da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Marcos Mattedi, intitulada As Enchentes como tragédias Anunciadas, junto ao IFCH da UNICAMP (Ciências Sociais), em 16 de março de 1999.

1997-Membro da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Alfio Brandenburg, intitulada "ONGs e A Agricultura Familiar: A Experiência da RURECO no Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Região Centro-Oeste da Paraná", junto ao IFCH da UNICAMP (Ciências Sociais), em 3 de dezembro de 1997.orientdor:Profa.Dra.Maria Nazareth B. Wanderley.

1997-Membro da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Gustavo de Oliveira Coelho de Souza, intitulada "Do Projetado ao Vivido, a Construção do Lugar.O meio ambiente na produção de conjuntos habitacionais", junto ao IFCH da UNICAMP(Ciências Sociais), em 17 de outubro de 1997.orientador:Profa.Dra.Arlete Moyses Rodrigues.

1997- Membro da Banca Examinadora da Tese de Doutorado de Marilene Correa da Silva, intitulada "Metamorfoses da Amazônia",junto ao IFCH da UNICAMP (Ciências Sociais), em 20 de maio.Orientador: Prof.Dr. Octávio Ianni.

1995- Membro da Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado de Reinaldo Dias, intitulada "A Questão Ambiental e o exercício da Cidadania(O Movimento

contra a termoelétrica em Mogi Guaçu-SP), junto ao Departamento de Ciência Política/IFCH da UNICAMP. Orientador : Prof.Dr.Shignolli Myamoto.

Leila da Costa Ferreira